

Pires, Murilo José de Souza

Working Paper

Estratégia de transformação econômica do Centro-Oeste: O caminho externo

Texto para Discussão, No. 2504

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Pires, Murilo José de Souza (2019) : Estratégia de transformação econômica do Centro-Oeste: O caminho externo, Texto para Discussão, No. 2504, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/211455>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

2504

ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA DO CENTRO-OESTE: O CAMINHO EXTERNO

Murilo José de Souza Pires

TEXTO PARA **DISCUSSÃO**



ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA DO CENTRO-OESTE: O CAMINHO EXTERNO

Murilo José de Souza Pires¹

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Governo Federal

Ministério da Economia
Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional, Substituto
Manoel Rodrigues dos Santos Junior

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Aristides Monteiro Neto

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura
André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação
Mylena Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>
URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2019

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: R11.

SUMÁRIO

SINOPSE

1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA.....	9
3 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A ESTRUTURA ECONÔMICA DO CENTRO-OESTE	13
4 ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES NO PERÍODO DE 1990 A 2016	25
5 ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES NO PERÍODO DE 1990 A 2016: O CASO DOS PRODUTOS CENTRO-OESTINOS.....	31
6 ESTRUTURA DAS IMPORTAÇÕES NO PERÍODO DE 1990 A 2016.....	38
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS	55

SINOPSE

O objetivo deste *Texto para Discussão* é verificar em que medida os estímulos emitidos pelo processo de integração comercial das economias da região Centro-Oeste à dinâmica dos mercados internacionais, a partir da última década do século XX, regularam o comportamento da estrutura setorial da produção industrial nesses estados. Para tanto, a hipótese do trabalho objetiva-se a partir das observações desenvolvidas por Lavinias, Garcia e Amaral (1997), Cano (2011), Macedo (2010), Pires e Santos (2013) e Siqueira (2013). Esses autores destacaram a importância do vetor de exportação no impulsionamento das transformações ocorridas na estrutura produtiva do Centro-Oeste, integrando esse espaço regional na lógica de valorização do capital internacional. De modo geral, observa-se que o papel do vetor externo, no caso do Centro-Oeste, foi conectar esse espaço regional aos principais centros de consumo mundial, para incentivar exportações de produtos que, na maioria das vezes, ainda apresentam baixo valor agregado, como carnes (bovina, suína e de aves), milho, algodão, minerais e soja e derivados. Em contrapartida, as importações concentram-se, sobretudo, em produtos com um grau maior de processamento industrial. Isso ocorre, principalmente, no caso de Goiás, que vem demandando do mercado internacional produtos interligados às cadeias automobilística, farmoquímica, farmacêutica e química. No Mato Grosso do Sul, os principais produtos são de extração de petróleo e gás natural. Nesse sentido, pode-se auferir que há uma imbricação significativa entre a estrutura produtiva industrial da região Centro-Oeste e os seus vetores externos, isto é, as importações e exportações. Afinal, os principais produtos confeccionados no setor industrial apresentam, também, forte participação na pauta exportadora desse espaço regional. Já no caso das importações, observa-se que grande parte da demanda da região por produtos externos vem alimentar, enquanto insumo, as plantas industriais ali localizadas.

Palavras-chave: Centro-Oeste; exportações; importações; desenvolvimento regional.

1 INTRODUÇÃO

O final dos anos 1980 foi marcado por uma forte transformação no modelo de desenvolvimento nacional, uma vez que o esgotamento do modelo de substituição de importações não conseguiu impulsionar mais o incremento do produto *per capita* e proporcionar um ambiente de estabilidade macroeconômica. Com a crise fiscal e financeira da União nesse período, o modelo de desenvolvimento se esgotou e os desequilíbrios macroeconômicos tornaram-se mais agudos. Isso levou, por conseguinte, o país à hiperinflação e a sucessivas crises de balanço de pagamentos.

No lugar da substituição de importações, iniciou-se um novo modelo de desenvolvimento, ancorado em premissas que tinham por finalidade ampliar o grau de integração da economia nacional ao mercado internacional. Para isso, foi iniciado um conjunto de reformas liberalizantes e de privatizações, a fim de inserir a economia brasileira na lógica de valorização do capital globalizado e sua aderência aos postulados do Consenso de Washington.

No caso regional, esse modelo de desenvolvimento se cristalizou, com maior enraizamento, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002. Ao promover a integração das regiões nacionais ao mercado internacional, por meio dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento, essa gestão conectou a região produtora do Centro-Oeste ao mercado internacional. Os principais parceiros foram os blocos econômicos da União Europeia, Oriente Médio, China, Hong Kong e Macau, além da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Japão, Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e Mercado Comum do Sul (Mercosul).

É no bojo dessas transformações econômicas que os estados do Centro-Oeste vão, paulatinamente, integrando suas estruturas produtivas à dinâmica econômica nacional e internacional e impulsionando sua produção local, especialmente em segmentos setoriais que apresentam maiores vantagens comparativas. É por intermédio dessas alomorfias estruturais que se faz a urdidura dessa investigação. Ou seja, verificar como os estímulos emitidos pelo processo de integração comercial das economias da região Centro-Oeste à dinâmica dos mercados internacionais, a partir dos anos 1990, regulou o comportamento dos setores da produção industrial desses estados nesse período.

A partir das observações desenvolvidas por Lavinias, Garcia e Amaral (1997), Cano (2011), Macedo (2010), Pires e Santos (2013) e Siqueira (2013), trabalha-se com a hipótese de que a conexão entre a economia local e o mercado internacional teve um papel importante no direcionamento das transformações na estrutura produtiva do Centro-Oeste. Afinal, ao estimular a produção de mercadorias demandadas nos mercados internacionais, de certa forma, condicionou-se que os agentes econômicos realizassem suas decisões de investimento em setores industriais fortemente ligados a cadeias de valor internacionais.

Há a constituição de uma causação circular,¹ na qual o mercado internacional ganha um protagonismo significativo, enquanto centro dinâmico, e acaba guiando as decisões de investimento efetivadas internamente pelos agentes econômicos do Centro-Oeste. Até porque eles formam suas expectativas futuras levando em consideração o comportamento de seus produtos nos elos das cadeias de valor localizadas nos mercados internacionais.

A escolha dessa temática, por sua vez, se justifica em vários aspectos. Como motivação principal, averigua-se qual papel a integração da economia centro-oestina aos mercados internacionais teve, enquanto fato central, na alteração da estratégia de desenvolvimento em curso desde os anos 1930. Além disso, investiga-se sua importância na promoção do processo de integração das estruturas produtivas de parte da região Centro-Oeste aos mercados internos – em especial, à economia paulista.² Isso quer dizer que esses mercados impulsionaram as estruturas produtivas da região, para que elas entrassem em movimento e culminassem na modernização da agropecuária, após os anos 1960, e incrementassem o processo de crescimento dos setores industriais, a partir dos anos 1980.

Com a integração do mercado local ao internacional, no período posterior aos anos 1990, possivelmente, houve uma modificação no contexto da questão regional brasileira. Afinal, as transformações na estrutura produtiva da região Centro-Oeste estimularam a redução no hiato existente entre o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) da região Centro-Oeste, estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em relação às regiões Norte e Nordeste. Desde os anos 1950, essas três regiões sempre foram consideradas, dentro do debate regional brasileiro, como

1. Fenômeno que é determinado por um entrelaçamento de fatos.

2. Para mais detalhes, ver Pires (2008).

demandantes de políticas regionais, por apresentarem um forte hiato econômico, em comparação às regiões mais industrializadas no Brasil, Sudeste e Sul.

No caso dos produtos centro-oestinos, se realmente há essa complementariedade entre a demanda externa e a oferta interna, então, verificar-se-á se os produtos que apresentam maior peso na balança comercial da região Centro-Oeste são aqueles evidenciados no trabalho de Bárcena *et al.* (2018). Os autores analisaram o caso da integração dos países latino-americanos e caribenhos aos mercados internacionais, ou seja, produtos relacionados a recursos naturais, alimentos e hidrocarbonetos.

Este *Texto para Discussão* é composto por sete seções. A primeira delas tem por objetivo elaborar a introdução do trabalho, destacando a forma de enunciação do problema de pesquisa, os autores que sustentam a hipótese de estudo, como também as linhas gerais do argumento. Na segunda seção, são apresentados os pontos centrais da metodologia. A seção 3 elabora um breve histórico sobre a estrutura econômica da região Centro-Oeste. Na quarta seção, busca-se efetuar uma investigação da estrutura das importações para o período de 1990 a 2016. A seção 5 mostra a estrutura das exportações dos produtos centro-oestinos entre 1990 e 2016, e a seção 6 compara as importações do Brasil com as da região Centro-Oeste no mesmo período. A sétima seção faz as considerações finais do trabalho.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada fundamenta-se em uma análise exploratória de dados, considerando os desdobramentos e modificações causadas na composição das estruturas econômicas ao longo da série histórica. Utiliza-se, também, o método analítico e descritivo, como forma de compreender a uniformidade e regularidade do fenômeno estudado. Afinal, essa técnica serve como meio para decompor, classificar, organizar, sistematizar e interpretar as informações contidas na base de dados de exportação e importação, como também da base de dados sobre o VBPI.

Tais informações servirão como meio para testar e validar empiricamente a hipótese de trabalho exposta nesta investigação. No caso da estrutura da balança comercial, o seu comportamento será aferido por meio das informações e estatísticas colhidas junto à Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Economia.

Por sua vez, os dados secundários, provenientes da SECEX/Ministério da Economia, encontram-se classificados segundo a tipologia da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), a qual foi reclassificada em agregados econômicos e setores econômicos, para deixá-los compatíveis com o agrupamento.

No caso dos agregados econômicos, as séries adotadas foram produtos: *i)* básicos; *ii)* manufaturados; e *iii)* semimanufaturados, referindo-se ao grau de elaboração. Essa classificação está em conformidade com o Fator Agregado da SECEX/Ministério da Economia, cujas categorias foram introduzidas pelo Setor de Nomenclatura da área de estatística da antiga Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).

Em relação aos setores econômicos, suas categorias encontram-se referenciadas no padrão internacional da Classificação Industrial Internacional Uniforme (CIIU) de todas as Atividades Econômicas (CIIU) – Revisão 4, do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas.

Naquilo que se refere às informações sobre a estrutura setorial do VBPI dos estados que constituem a região Centro-Oeste, adotaram-se as informações contidas no banco de dados do IBGE, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), versão 2.0. Por questões de incompatibilidade metodológica, no nível de agregação adotado na investigação, optou-se por não utilizar informações anteriores ao ano de 2007, disponíveis na versão CNAE 1.0.

Para o cálculo da taxa real de crescimento geométrico simples anual (TRCGSA), doravante denominada taxa de crescimento real, medida em porcentagem ao ano (% a.a.), foi adotada a seguinte metodologia:

$$r = \left\{ \frac{\ln\left(\frac{\text{valor final}}{\text{valor inicial}}\right)}{n} \right\} * 100 \quad (1)$$

Sendo:

- n = número de anos;
- \ln = logaritmo natural;
- valor inicial = valor da variável inicial; e
- valor final = valor da variável final.

Além do mais, é importante ressaltar que os períodos adotados no trabalho referentes às taxas de crescimento real estão decompostos segundo os intervalos dos governos presidenciais apontados no quadro 1.

QUADRO 1
Períodos governamentais no Brasil na época da redemocratização

Ordem	Período	Governo presidencial
1ª	1990-1994	Fernando Collor – 15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992. Itamar Franco – 29 de dezembro de 1992 a 1ª de janeiro de 1995.
2ª	1995-1998	FHC – 1ª de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998.
3ª	1999-2002	FHC – 1ª de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2002.
4ª	2003-2006	Luiz Inácio Lula da Silva – 1ª de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2006.
5ª	2007-2010	Luiz Inácio Lula da Silva – 1ª de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010.
6ª	2011-2014	Dilma Rousseff – 1ª de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014.
7ª	2015-2016	Dilma Rousseff – 1ª de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2016. Michel Temer – a partir de 31 de agosto de 2016.

Elaboração do autor.

Os valores da balança comercial (exportações e importações), originalmente em *free on board* (US\$ FOB), foram convertidos para os valores correntes em 2016, adotando-se como deflator o índice Consumer Price, dos Estados Unidos. Esse índice pode ser encontrado no banco de dados do Bank for International Settlements (BIS),³ cujo código da variável é *A:US:628*.

Em relação à estrutura industrial do Centro-Oeste, adotou-se o VBPI para verificar a participação dos setores industriais e a taxa de crescimento real para o período de 2007 a 2016. Para tanto, o IBGE define⁴ o VBPI como sendo “a totalidade das transferências realizadas mais as vendas efetuadas pela unidade mais as variações dos estoques de: produtos fabricados pela unidade; produtos em curso de fabricação; e produtos fabricados por outras unidades da mesma”.

Para deflacionar os valores correntes setoriais do VBPI, foram utilizados os deflatores encontrados no banco de dados do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getulio Vargas (FGV), conforme o quadro 2.

3. Mais informações disponíveis em: <https://www.bis.org/statistics/pp_commercial.htm?m=6%7C288%7C646>.

4. Disponível em: <<https://bit.ly/2TVAbRO>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

QUADRO 2
Códigos e nomes de deflatores das variáveis que compõem o VBPI

Código CNAE 2.0	Nome	Código IPA	Nome
50	Extração de carvão mineral	10	IPA-OG Carvão mineral (2015=100)
60	Extração de petróleo e gás natural	40	IPA-OG Produtos industriais – extrativa mineral (2015=100)
70	Extração de minerais metálicos	11	IPA-OG Minerais metálicos (2015=100)
80	Extração de minerais não metálicos	12	IPA-OG Minerais não metálicos (2015=100)
90	Atividades de apoio à extração de minerais	40	IPA-OG Produtos industriais – extrativa mineral (2015=100)
100	Fabricação de produtos alimentícios	13	IPA-OG Produtos alimentícios e bebidas (2015=100)
110	Fabricação de bebidas	13	IPA-OG Produtos alimentícios e bebidas (2015=100)
120	Fabricação de produtos do fumo	14	IPA-OG Produtos do fumo (2015=100)
130	Fabricação de produtos têxteis	15	IPA-OG Produtos têxteis (2015=100)
140	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	16	IPA-OG Artigos do vestuário (2015=100)
150	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos	17	IPA-OG Couros e calçados (2015=100)
160	Fabricação de produtos de madeira	18	IPA-OG Produtos de madeira (2015=100)
170	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	19	IPA-OG Celulose, papel e produtos de papel (2015=100)
180	Impressão e reprodução de gravações	50	IPA-OG Produtos industriais – indústria de transformação (2015=100)
190	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	20	IPA-OG Produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (2015=100)
200	Fabricação de produtos químicos	21	IPA-OG Produtos químicos (2015=100)
210	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	21	IPA-OG Produtos químicos (2015=100)
220	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	22	IPA-OG Artigos de borracha e de material plástico (2015=100)
230	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	23	IPA-OG Produtos de minerais não metálicos (2015=100)
240	Metalurgia	24	IPA-OG Metalurgia básica (2015=100)
250	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	25	IPA-OG Produtos de metal (2015=100)
260	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos	27	IPA-OG Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (2015=100)
270	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	28	IPA-OG Máquinas, aparelhos e materiais elétricos (2015=100)
280	Fabricação de máquinas e equipamentos	26	IPA-OG Máquinas e equipamentos (2015=100)
290	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	30	IPA-OG Veículos automotores, reboques, carrocerias e autopeças (2015=100)
300	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos	31	IPA-OG Outros equipamentos de transporte (2015=100)
310	Fabricação de móveis	32	IPA-OG Máquinas, aparelhos e materiais elétricos (2015=100)
320	Fabricação de produtos diversos	50	IPA-OG Produtos industriais – indústria de transformação (2015=100)
330	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	26	IPA-OG Máquinas e equipamentos (2015=100)

Fonte: IBGE e IBRE/FGV.

Elaboração do autor.

Obs.: IPA-OG – Índice de Preços ao Produtor Amplo – Origem.

Por fim, a próxima seção do trabalho tem por fito contextualizar, de forma histórica e estrutural, como se objetivou o processo de modernização das estruturas produtivas, em especial dos setores industriais da região Centro-Oeste. Afinal, tais setores representam a base material que será moldada segundo as demandas internas por produtos de mercados externos, além de pedidos vindos dos mercados internacionais.

3 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A ESTRUTURA ECONÔMICA DO CENTRO-OESTE

Os vetores da modernização da estrutura produtiva do Centro-Oeste se cristalizaram a partir de meados dos anos 1960, por meio do processo de incorporação de insumos modernos, sobretudo inovações biológicas, físico-químicas e mecânicas, com as propriedades rurais incrementando, desse modo, a produtividade do trabalho. Esse fato ampliou, por conseguinte, o cultivo de produtos relacionados, em especial a soja.⁵ Desse modo, como destacou Pires (2008), essa oleaginosa tornou-se o principal veículo do processo de modernização da agricultura, dado que trouxe os pacotes da Revolução Verde para o Centro-Oeste.⁶

Essa assertiva também foi defendida por Lunas e Ortega (2003, p. 144), que destacaram o seguinte ponto: “a partir de 1980, a soja e o milho são os produtos que apresentam o maior crescimento, tanto em valor monetário quanto em número de contratos. Em 1995, a soja recebe 23,68% e o milho 59,56% do valor monetário destinado ao crédito rural em Goiás”.

É em meio ao incremento da produção agrícola no Centro-Oeste e, em particular, da produção da soja, que a região, nos anos 1980, foi se tornando também um centro de

5. De acordo com Lunas e Ortega (2003, p. 140), “a incorporação recente do cerrado está associada à implantação de culturas que, até então, não eram comuns na região, como é a da soja”.

6. Como destacaram Guimarães e Leme (1997, p. 32) sobre a formação econômica e histórica do Centro-Oeste, “com o avanço da economia do café, impulsionado pela era ferroviária, o Centro-Oeste foi palco de uma nova configuração na divisão territorial do trabalho. O Mato Grosso do Sul, pela proximidade com São Paulo e pelas aptidões naturais e inexploradas dos seus solos, tornou-se uma projeção da pecuária do sudoeste paulista. Como desdobramento, consolidou-se um complexo de carnes de importância nacional, contribuindo para que se firmassem os dois principais núcleos econômicos do estado: Dourados e Campo Grande, cujas experiências procuraremos inscrever no conjunto das transformações ocorridas no processo de consolidação do mercado nacional”.

atração do capital, sobretudo de *trading companies*, que viram nessa região um potencial extraordinário para ampliar sua acumulação de capital.

Como salientaram Castro e Fonseca (1995, p. 2), depois de instaladas as grandes *trading companies*, o passo seguinte foi conectar o Centro-Oeste às cadeias de valor regionais, nacionais e internacionais. Para tanto, os autores revelaram que

verifica-se, na segunda metade dos anos [19]80, um deslocamento de grandes conglomerados industriais que para lá transferem fábricas de beneficiamento de grãos e atividades integradas de criação e abate de pequenos animais. A região Centro-Oeste caracterizou-se, assim, nos anos [19]80, por ser um polo de atração de capitais do Centro-Sul, especialmente das empresas líderes do complexo agroindustrial, que tenderam a ocupar posições estratégicas.

Assim sendo, as bases objetivas para a transformação produtiva do Centro-Oeste estavam postas nos anos 1980, particularmente impulsionadas pela integração regional dos capitais agroindustriais. Como ator nesse processo de alomorfia da região, o Estado teve um papel ímpar, uma vez que os Estados subnacionais promoveram, em momentos distintos do tempo, políticas de incentivo fiscal. Além disso, a União irrigou o crescimento regional com políticas de crédito rural, recursos financeiros do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)⁷ e desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Tudo isso foi fundamental para a promoção dos investimentos produtivos nesse espaço regional.

No caso de Goiás, além do excedente agrícola, particularmente soja e milho, os investimentos industriais foram fomentados pelos programas de incentivo fiscal, como o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) e o Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (PRODUZIR), os quais foram implementados no estado depois dos anos 1980. Em vista disso, as empresas de capital internacional e nacional penetraram no espaço territorial goiano com o fito de investirem na indústria de transformação, acelerando, por conseguinte, o processo de modernização e crescimento do setor de produção industrial.

7. Para mais detalhes, ver Pires (2017).

Em relação aos demais estados do Centro-Oeste, observa-se que os principais vetores de modernização também vieram com a penetração da soja e os pacotes da Revolução Verde em seus territórios. Com produção agropecuária excedente, os programas de incentivo fiscal foram introduzidos no sentido de incrementar o crescimento industrial da região.

Pode-se citar alguns esforços dos estados do Centro-Oeste para formar um tecido industrial. O primeiro deles foi a criação, pelo estado de Mato Grosso, de programas de desenvolvimento e incentivo fiscal, que ganharam objetividade a partir do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FUNDEI).⁸ Além disso, a Lei nº 7.958, de 25 de setembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 1.432/2003, instituiu o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (PRODEIC), que, junto ao FCO, teve um papel fundamental na construção e modernização industrial do estado.

Segundo Vieira e Grasel (2018, p. 363), os incentivos fiscais derivados do PRODEIC, no período de 2003 a 2014, acabaram reforçando um padrão de desequilíbrio inter-regional, uma vez que “a magnitude dos efeitos do programa no produto interno estadual foi reduzida aos locais já dotados de infraestrutura e fatores de produção favoráveis ao desenvolvimento econômico”.

No caso do Mato Grosso do Sul, observa-se que as políticas de desenvolvimento industrial e os incentivos fiscais instituídos tiveram importância na tessitura do crescimento industrial no estado. Entre as ações realizadas, destacam-se o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (Programa MS-Empreendedor), o qual foi criado pela Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001, e regulamentado pelo Decreto nº 10.604, de 21 de dezembro de 2001. Mais recentemente, foi instituído também o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial MS Forte-Indústria, conforme a Lei Estadual nº 4.049, de 30 de junho de 2011. O FCO foi outro programa com uma função central no financiamento dos investimentos industriais em Mato Grosso do Sul.

Por fim, no Distrito Federal, os programas de incentivo fiscal e desenvolvimento industrial se objetivaram a partir do Programa de Desenvolvimento Industrial do Distrito Federal (PROIN-DF), instituído pela Lei nº 6, de 29 de dezembro de 1988.

8. Criado pela Lei nº 4.874, de 10 de julho de 1985, que recebeu nova regulamentação com a Lei nº 7.310, de 31 de julho de 2000, e transformou-se no Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial (FUNDEIC).

Outro impulsionador foi o Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (PRODECON-DF), instituído pela Lei nº 289, de 3 de julho de 1992, posteriormente alterado pela Lei nº 409, de 15 de janeiro de 1993.

No entanto, a estratégia de expansão econômica puxada pela demanda externa ganhou maior aderência nos anos 1990, em meio às reformas proporcionadas pelo governo de Fernando Collor (em 1990) e, sobretudo, no governo FHC (em 1995), que ampliou ainda mais as relações econômicas e financeiras do Brasil com os demais países.⁹ Para tanto, implementaram um conjunto de reformas que reduziram as barreiras comerciais e tarifárias com as demais economias, como também desregulamentaram os mercados financeiros e produtivos, e realizaram uma onda de privatizações.¹⁰

O vetor externo, nesse momento histórico, ganha protagonismo no contexto macroeconômico nacional, uma vez que o saldo positivo da balança comercial tinha um papel ímpar para carrear a moeda forte para a economia brasileira, em decorrência dos desajustes externos derivados das crises de balanço de pagamentos. Internamente, o forte processo inflacionário destruiu as funções do dinheiro como reserva de valor, meio de troca e unidade de conta. Isto posto, a economia brasileira vivenciava, na época, um contínuo processo de desajuste macroeconômico.

No plano regional, a estratégia do governo federal de construir os eixos nacionais de integração e desenvolvimento aprofundou a integração de certos espaços regionais nacionais à dinâmica do mercado internacional. Segundo documento da Secretaria de

9. Conforme Ribeiro e Markwald (2008, p. 353) destacaram, “a década de 1990 testemunhou uma importante transformação da relação do Brasil com a economia mundial. O trauma da crise econômica que atravessou a ‘década perdida’ dos anos 1980 e a percepção de que o processo de substituição de importações havia esgotado suas possibilidades levaram à adoção de medidas liberalizantes, entre as quais duas se destacaram: a abertura comercial e a liberalização dos fluxos de capitais. O diagnóstico subjacente era o de que a economia brasileira precisava se integrar, de forma mais profunda, à economia mundial, privilegiando os mecanismos de mercado e abandonando medidas amplamente utilizadas no passado, como os subsídios às exportações e os controles seletivos sobre as importações. A ideia era estimular os ganhos de eficiência e produtividade por meio da concorrência com produtos importados e, também, do acesso a bens de capital e insumos produzidos no exterior com maior conteúdo tecnológico”.

10. Como apontado por Prates (1999, p. 56), as principais diretrizes do Consenso de Washington para os países da América Latina foram as seguintes: “os países latino-americanos deveriam implementar um conjunto de reformas com o objetivo de eliminar as distorções introduzidas pela estratégia de desenvolvimento anterior. Entre as reformas, destacavam-se a eliminação das regulamentações estatais sobre os mercados domésticos, a privatização, a liberalização financeira interna e a abertura externa das economias. As aberturas comercial e financeira das economias constituíam peças centrais para a mudança na estratégia de desenvolvimento – de *inward-oriented para outward-oriented*”.

Desenvolvimento Regional, do então Ministério da Integração Nacional, a fase inicial do esforço da retomada do planejamento regional se objetivou em

um quadro de abertura comercial e de integração competitiva comandada pelo mercado. Observa-se uma tendência de fortalecimento da concentração de novas atividades e investimentos públicos e privados em certos *focos competitivos*, entre os quais diversos polos que vinham emergindo em regiões menos desenvolvidas, com opção prioritária pela integração dos espaços dinâmicos do Brasil ao mercado externo (Brasil, 2012, p. 16, grifo nosso).

É por meio dessas transformações estruturais que o setor exportador se tornou um dos principais elos dinamizadores da economia nacional. Até porque sua contribuição na composição da demanda agregada tornou-se ascendente – em particular, em setores diretamente relacionados às *commodities* agrícolas e minerais.

Apesar disso, os desequilíbrios macroeconômicos persistiram, e o governo federal, para resgatar a estabilidade monetária e cambial, adotou uma política econômica restritiva que acabou impactando de forma negativa o ciclo de crescimento do produto nacional. O êxito na estabilidade da moeda foi alcançado somente em 1994, com o Plano Real, todavia, as custas de uma taxa de câmbio real apreciada causou impactos na balança comercial, tornando-a, assim, um elemento com potencial de instabilidade macroeconômica. Essa insegurança se cristalizou em janeiro de 1999, com uma crise cambial que rompeu o regime de bandas cambiais e introduziu o regime de câmbio flutuante.¹¹

Como destacaram Ribeiro e Markwald (2008, p. 354), os impactos externos no balanço de pagamentos brasileiro provocaram o seguinte fenômeno em 1999:

a deterioração das contas externas foi agravada por uma sequência de crises externas. De fato, no segundo semestre de 1997, eclodiu a crise nos países do leste asiático e, um ano depois, em agosto de 1998, ocorreu o *default* da Rússia. Esses eventos aceleraram a fuga de capitais no Brasil e precipitaram a crise cambial que culminou, em janeiro de 1999, com a adoção de um regime de livre flutuação do câmbio e a abrupta depreciação da moeda.

11. Como descrito por Filgueiras *et al.* (2010, p. 46), "assim, a dinâmica do modelo é, intrinsecamente, instável, e isto é verdadeiro mesmo quando da existência de *superavit* comerciais no balanço de pagamentos. Essa instabilidade se apresentou de forma radical durante o primeiro governo FHC, quando a vulnerabilidade externa crescente levou à crise cambial de 1999. A partir daí, apesar da reversão dos saldos negativos da balança comercial, com a consequente redução conjuntural da vulnerabilidade externa, a instabilidade permaneceu, como ficou evidenciado pelos efeitos provocados pela crise da Argentina em 2001 e pela crise cambial brasileira de 2002".

Nesse sentido, Cano (2011) destacou que o efeito das políticas macroeconômicas restritivas impactou negativamente a dinâmica da economia nacional, pois o produto nacional desacelerou-se, trazendo, assim, consequências para as regiões brasileiras e para os setores econômicos. No caso do Centro-Oeste, a estratégia de integração aos mercados internacionais de *commodities* agrícolas e minerais teve um papel importante na dinamização da região.

O crescimento médio anual do PIB foi medíocre, tanto para o Brasil (2,2%) como para São Paulo (1,5%). O setor agropecuário continuou obtendo taxas (3,2%) de crescimento em torno de sua trajetória anterior, graças ao programa energético do álcool de cana e à *expansão das exportações agrícolas e agroindustriais, em parte decorrentes da expansão da fronteira no CO [Centro-Oeste]* (Cano, 2011, p. 34, grifo nosso).

Para corroborar o argumento tecido, Lavinias, Garcia e Amaral (1997, p. 31, grifo nosso) destacam o seguinte ponto:

é incontestável o aumento da participação de algumas economias, como a do Pará e de alguns estados do Centro-Oeste, no mercado internacional, em particular via exportação de produtos minerais e agrícolas, básicos ou semitransformados.

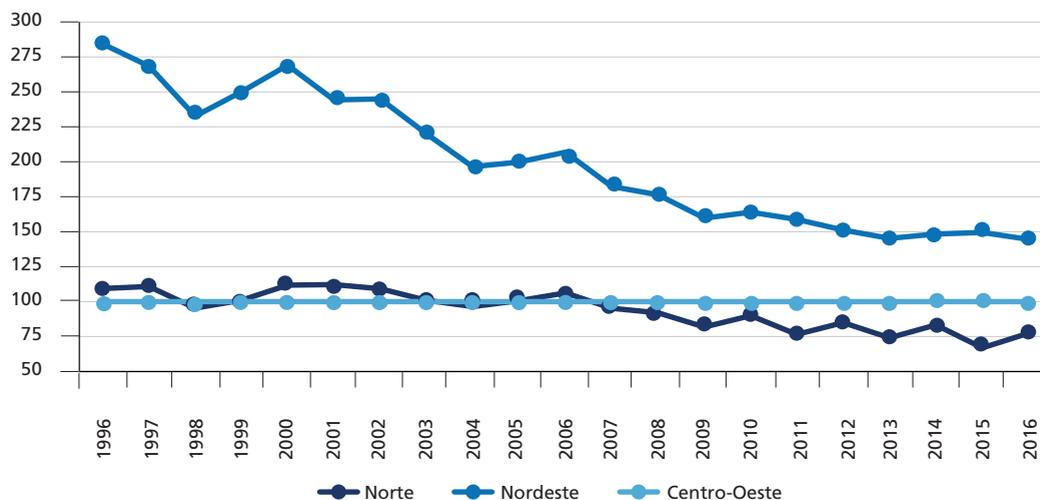
Essa expansão do vetor externo do Centro-Oeste, além de fortalecer a posição da balança comercial como meio de carrear as moedas fortes para o Brasil, impulsionou ainda mais os canais tecidos pelos eixos de integração econômica e desenvolvimento que integraram os centros de produção no Centro-Oeste aos principais portos de exportação nacionais. Desse modo, todo um sistema de logística modal e intermodal foi desenhado e implementado, com o fito de conectar essa região aos principais centros de consumo mundiais, em especial os da Europa e da Ásia. Como destacado em Pires e Santos (2013, p. 24),

quanto aos destinos de tais exportações, no início dos anos 1990, os principais países que demandavam produtos agrícolas brasileiros eram a Holanda e os Estados Unidos. Em posição intermediária, estavam Japão, Alemanha, Espanha e Itália, ao passo que a China demandava somente 0,3% das exportações agrícolas brasileiras. Os sete países demandavam quase 67,0% dos produtos agrícolas brasileiros exportáveis no início dos anos 1990. Ao longo da década de 1990, iniciou-se uma mudança neste grupo de países. A partir de 1996, a China iniciou sua ascensão para chegar, ao final de 2010, como principal destino dos produtos agrícolas brasileiros, representando quase 40,0% das vendas totais do país.

Sendo assim, mesmo o Brasil vivenciando um momento de ajuste macroeconômico que impactou negativa e diretamente em sua trajetória de crescimento, as regiões nacionais que apresentaram forte inserção internacional, em especial devido às demandas internacionais por *commodities* agropecuárias e minerais, tiveram um crescimento econômico pujante. Com isso, elas se diferenciaram em relação àquelas regiões que estavam mais conectadas à lógica de acumulação e voltadas para atender a demanda interna, como foram os casos específicos das regiões Norte e Nordeste.

Como é verificado no gráfico 1, a razão do VBPI do Centro-Oeste *vis-à-vis* regiões Norte e Nordeste indica que o crescimento industrial dos estados do Centro-Oeste, no período destacado, apresentou um incremento bem acima do encontrado para as regiões Norte e Nordeste. Por exemplo: a taxa de crescimento real da região Centro-Oeste foi de 7,0% a.a., ao passo que essa mesma taxa para o Norte foi de 5,2% a.a., e para o Nordeste 3,5% a.a. Isto é, o incremento do setor industrial da região Centro-Oeste, além de ser quase três vezes superior àquele encontrado para o Brasil, foi o dobro do observado para o Nordeste e pouco mais de uma vez do auferido para a região Norte.

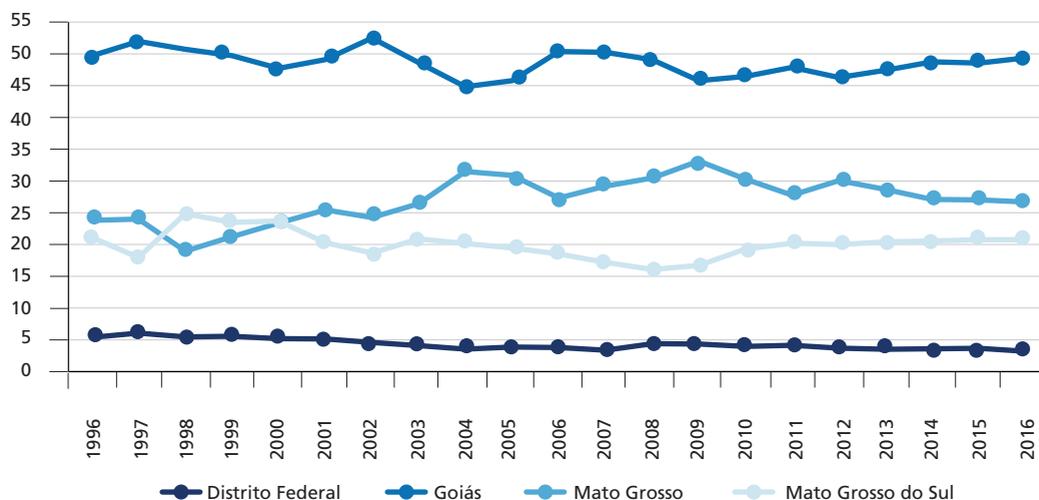
GRÁFICO 1
Relação do VBPI das regiões Norte e Nordeste *vis-à-vis* a região Centro-Oeste
(1996-2016)
(Em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração do autor.

No caso da região Centro-Oeste, o gráfico 2 aponta que o estado com maior participação no VBPI centro-oestino foi Goiás, que respondeu, na média das duas décadas, por quase 50% do produto industrial. Em termos de incremento nesse atributo, o estado apresentou uma taxa de crescimento real de 7% a.a., entre 1996 e 2016.

GRÁFICO 2
Centro-Oeste: participação das Unidades da Federação no VBPI (1996-2016)
(Em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração do autor.

Em seguida, veio Mato Grosso, que, na média das duas décadas, respondeu por 27,0% do valor total da produção industrial centro-oestina e apresentou uma taxa de crescimento real superior àquela encontrada para Goiás, ou seja, de 7,7% a.a. Logo após, figurou o Mato Grosso do Sul, com uma participação média, nas duas últimas décadas, de 20,0% e uma taxa de crescimento real igual à goiana, isto é, de 7,0% a.a.

Por fim, o Distrito Federal foi responsável, na média das duas décadas, por pouco mais de 4,0% do valor total da produção industrial desse espaço regional e apresentou uma taxa de crescimento real de 4,3% a.a. Em vista disso, pode-se inferir que Goiás tem a maior estrutura industrial do Centro-Oeste, seguido por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Uma das possíveis explicações para o êxito da expansão do produto industrial da região Centro-Oeste, além dos determinantes internos, é a capacidade de indução que a demanda externa teve para alavancar um conjunto de investimentos no setor industrial da região Centro-Oeste. Como identificaram Torres Filho e Puga (2009, p. 74):

graças a esse cenário externo, o comércio exterior brasileiro atravessou, entre 1998 e 2008, seu ciclo de ouro, em mais de 50 anos. Nessa última década, a corrente de comércio passou de 13,0%, em 1998, para mais de 23,0% do PIB, o nível mais elevado registrado desde 1958. Isso se deveu tanto à expansão das exportações, que cresceram a quase 12,0% ao ano, quanto das importações, que aumentaram 9,6% ao ano.

O impacto regional dessa estratégia de promoção do vetor externo foi discutido por Brandão (2011, p. 20), que destacou o seguinte ponto:

os processos de abertura comercial e financeira, desmonte das capacidades estatais de intervenção e entrega do patrimônio público à “iniciativa privada”, a internacionalização de parcela fundamental do parque produtivo nacional, entre outros fatores, determinaram importantes transformações nas relações entre as regiões brasileiras. Ao longo dos anos 1990, as mudanças na paisagem regional brasileira resultaram, em grande medida, de involuções e desconstruções, isto é, mais dos impactos diferenciados regionalmente da crise econômica e das opções conservadoras de políticas macroeconômicas.

Seguindo essa perspectiva, a dinâmica regional implementada por tal estratégia acabou reforçando os desequilíbrios inter e intrarregionais, uma vez que os investimentos (públicos e privados) se cristalizaram de forma assimétrica e diferenciada nos setores industriais, e também em relação aos níveis multiescalares.

Por esse ângulo, aquelas regiões que se integraram de forma mais robusta às cadeias produtivas, associadas aos produtos catalogados como *commodities* agrícolas e minerais, foram beneficiadas nesse novo ciclo de crescimento econômico. Nesse ponto de vista, Macedo (2010, p. 120) afirma que:

estas regiões, ao se articularem mais fortemente com o exterior, num contexto de baixo crescimento da economia, formam um espaço nacional muito mais heterogêneo, razão pela qual muitos autores apontam para a maior diferenciação dos espaços intrarregionais cada vez mais segmentados pela presença de poucas áreas dinâmicas que se ligam ao mercado internacional e, simultaneamente, cercado por outras com menor dinamismo ou mesmo estagnadas, cuja dinâmica, muitas vezes, é obstaculizada pela própria política econômica.

Por fim, Siqueira (2013, p. 79) alega que “o dinamismo da região Centro-Oeste está claramente vinculado ao aprofundamento da especialização do país em *commodities* agrícolas e minerais e à expansão da fronteira de recursos naturais”.

Esse padrão de desequilíbrio regional acabou alicerçando uma estrutura industrial crivada por uma heterogeneidade que cimentou um padrão de desenvolvimento inter-regional. Em vez de proporcionar uma convergência do produto *per capita* entre os agentes e vetores multiescalares centro-oestinos, esse modelo acabou robustecendo e consolidando ainda mais seus desequilíbrios inter-regionais. De um lado, firmou uma região moderna e integrada aos mercados e, do outro, uma região atrasada e com baixa incorporação de progresso técnico.¹²

Na tabela 1, no caso específico da estrutura setorial industrial do Centro-Oeste, verifica-se que, para o período de 2007 a 2016, no somatório dos 29 setores que constituem esse agregado econômico, o setor de fabricação de produtos alimentícios apresenta a maior participação entre os demais setores. Em 2007, esse setor respondia por pouco mais de 64,0% da participação no total do VBPI, ao passo que os setores de produtos químicos aglutinavam quase 6,0%, de bebidas 3,8%, metalurgia 3,5%, de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis 3,1% e, por fim, produtos de minerais não metálicos 2,5%. Em conjunto, esses seis setores eram responsáveis por pouco menos de 83,0% do valor bruto total da produção industrial da região Centro-Oeste.

TABELA 1
Centro-Oeste: estrutura setorial do VBPI (2007-2016)
(Em R\$ 100 mil)

Setores da produção industrial	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Fabricação de produtos alimentícios	703,0	726,5	754,5	758,0	774,4	875,1	923,2	918,6	880,6	939,4
Fabricação de produtos químicos	65,1	75,1	66,1	69,9	95,4	113,0	124,9	132,8	150,8	142,9
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	34,1	41,4	72,6	96,8	82,7	90,1	114,8	128,6	155,0	174,8
Fabricação de bebidas	41,9	42,2	43,8	55,6	51,8	49,4	50,0	53,6	60,9	53,6
Fabricação de produtos minerais não metálicos	27,3	39,5	41,1	44,8	51,6	54,1	56,2	56,5	52,0	44,5
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	20,2	32,7	29,9	41,2	50,4	50,9	53,9	62,5	56,9	41,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	7,9	10,6	23,8	34,2	33,4	37,4	34,2	36,7	69,6	63,7
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	21,8	30,3	32,9	29,7	33,9	36,2	34,2	41,0	35,1	31,0
Metalurgia	38,1	25,6	22,7	22,8	24,6	29,0	38,9	32,0	28,4	39,7
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	17,6	23,9	25,1	29,1	27,9	27,4	28,8	27,2	25,2	21,8

(Continua)

12. Para mais detalhes sobre o problema da heterogeneidade produtiva na região Centro-Oeste, ver Pires (2018).

(Continuação)

Setores da produção industrial	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	14,0	15,5	19,9	19,9	20,9	20,3	22,9	25,5	29,4	29,2
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	9,9	14,5	16,9	19,0	19,8	23,8	33,5	22,7	22,5	19,1
Fabricação de máquinas e equipamentos	6,6	12,9	11,2	19,1	23,3	23,2	31,0	30,6	22,3	21,0
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos	13,7	11,6	11,9	11,7	15,8	18,5	20,4	23,1	22,8	22,0
Fabricação de produtos de madeira	17,1	17,2	17,8	19,4	15,9	15,0	14,8	14,9	11,8	9,7
Fabricação de produtos têxteis	11,7	8,9	8,6	10,5	13,9	17,2	19,9	13,0	9,9	7,9
Extração de minerais metálicos	24,7	21,8	15,1	20,5	7,5	0,5	0,0	11,4	17,3	0,0
Extração de minerais não metálicos	2,5	1,9	2,9	2,7	19,1	20,7	20,1	17,9	17,4	12,6
Fabricação de móveis	6,5	7,5	8,1	9,7	13,1	12,5	14,8	14,2	11,6	10,3
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	4,8	4,3	3,0	7,6	9,8	9,3	9,9	15,1	12,4	12,9
Impressão e reprodução de gravações	3,3	3,4	4,4	5,5	5,1	5,7	5,9	6,6	5,4	6,4
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	2,1	2,6	2,2	3,0	4,4	4,8	7,1	7,0	7,0	5,4
Fabricação de produtos diversos	1,4	2,1	2,5	3,5	4,4	4,3	5,6	5,3	5,8	4,4
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos	0,6	0,7	1,0	0,9	0,8	0,8	1,0	1,7	1,1	1,0
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos	0,2	0,4	0,2	0,1	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,1
Fabricação de produtos do fumo	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atividades de apoio à extração de minerais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de carvão mineral	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de petróleo e gás natural	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total geral	1.096,3	1.173,2	1.238,5	1.335,4	1.400,3	1.539,6	1.666,3	1.698,8	1.711,6	1.714,4

Fonte: IBGE.

Elaboração do autor.

Obs.: Valores constantes de 2015.

No ano de 2016, constata-se que o setor de fabricação de produtos alimentares, mesmo apresentando uma redução em sua participação, quando comparado a 2007, ainda assim foi o principal responsável pela produção industrial centro-oestina, uma vez que respondeu por quase 55,0% do valor bruto total da produção industrial dessa região. Em seguida, vieram os setores de fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, com pouco mais de 10,0%, produtos químicos, com 8,3%, fabricação de celulose, papel e produtos de papel, com outros 3,7%, bebidas, com 3,1% e, por fim, o setor de fabricação de produtos de minerais não metálicos, com 2,6%. Juntos, esses setores aglutinaram quase 83,0% do valor bruto total da produção industrial da região Centro-Oeste.

Ao se decompor a evolução da estrutura setorial da produção industrial da região Centro-Oeste em dois períodos distintos, ou seja, de 2007 a 2010 e de 2011 a 2015, observa-se que os setores que apresentaram a maior taxa de crescimento real, para o primeiro período, foram os setores de celulose, papel e produtos de papel, que tiveram uma expansão de 44,2% a.a., seguidos por máquinas e equipamentos, com 30,5% a.a., produtos de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, com quase 30,0% a.a., e veículos automotores, reboques e carrocerias, com quase 20,0% a.a.

Para o período seguinte, destacaram-se produtos de extração de minerais metálicos, com uma taxa de crescimento real de pouco mais de 23,0% a.a., seguidos por fabricação de celulose, papel e produtos de papel, com 20,1% a.a., fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, com 17,0% a.a., manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos, com 12,5% a.a., e, por fim, fabricação de produtos químicos, com 12,1% a.a.

Sem grandes pormenores, o fato que mais chama atenção é que, passada quase uma década, os seis principais setores industriais concentram mais de 80,0% da produção industrial desse espaço regional. Além disso, excluindo metalurgia e celulose, papel e produtos de papel, os demais setores industriais são os mesmos. Ou seja, há somente uma mudança de posição entre eles no que se refere à participação do VBPI centro-oestino. Esse fato permite auferir que há uma certa maturidade em termos de estrutura industrial na região, não havendo, por conseguinte, a possibilidade de grande alteração, no curto prazo, nas composições estruturais da matriz setorial industrial da região Centro-Oeste.

Por fim, dada a estrutura setorial da produção industrial centro-oestina, a próxima seção busca fazer uma apresentação da balança comercial do Centro-Oeste para o período de 1990 a 2016, uma vez que o vetor externo dessa região teve um papel central na transformação do arcabouço produtivo no período posterior aos anos 1990.

4 ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES NO PERÍODO DE 1990 A 2016

Como foi destacado no trabalho de Bárcena *et al.* (2018, p. 32, tradução e grifo nossos), a economia chinesa tem um papel importante no fluxo de comércio com a América Latina e Caribe, uma vez que

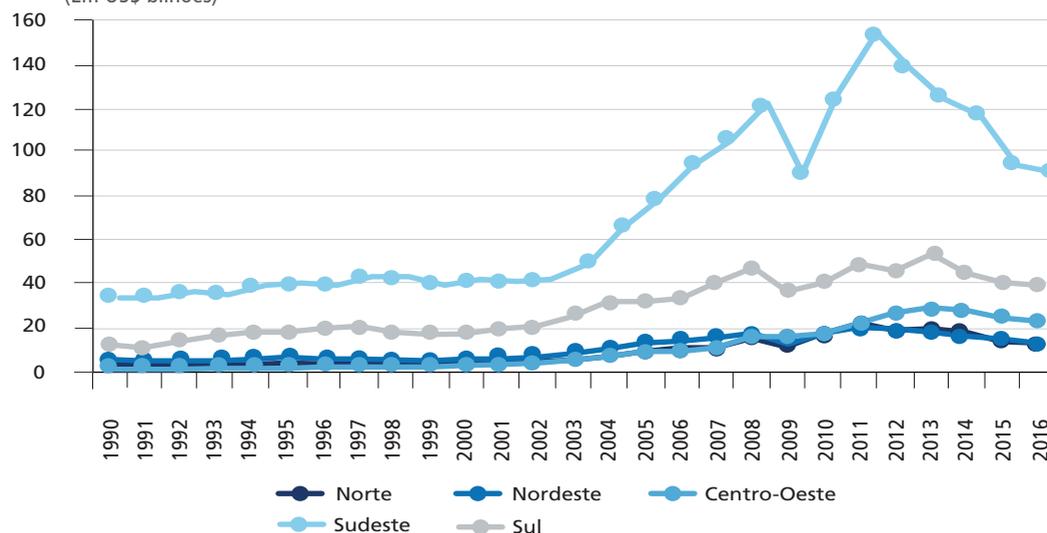
as economias da América Latina, especialmente aquelas da América do Sul, se beneficiaram do superciclo de preços dos recursos naturais, encorajados *pela expansão da economia chinesa, que em seu processo de crescente industrialização requereu maiores fornecimentos de matérias-primas exportadas por essa sub-região (minerais, alimentos e hidrocarbonetos)*.¹³

Nesse sentido, o objetivo desta seção é examinar, um pouco mais, a aderência que a premissa desenvolvida no trabalho de Bárcena *et al.* (2018) – que mostrou a importância da economia chinesa no incremento dos produtos minerais, agrícolas e alimentares nos países latino-americanos e caribenhos – tem para explicar a regularidade e uniformidade de um fenômeno específico, mas não único, que se objetivou no espaço regional do Centro-Oeste. Ou seja, a ideia é verificar em que medida a demanda por produtos dos produtos minerais, agrícolas e alimentares foi importante para estimular as exportações nesse espaço regional.

Para tanto, parte-se, primeiramente, de uma visão mais geral sobre as exportações nacionais para, nos momentos seguintes, se fazer as aproximações necessárias para a problematização naquilo que se refere, especificamente, à região objeto de estudo. Nesse sentido, o gráfico 3 destaca que, em termos de exportações macrorregionais, a região Sudeste, que representa o maior grau de industrialização entre as regiões nacionais, foi aquela com a maior participação na pauta de exportação nacional no período de 1990 a 2016. Em seguida, veio a região Sul, com o segundo maior grau de industrialização regional. Na terceira posição, em 2016, estava a região Centro-Oeste – que, no início dos anos 1990, chegou a manifestar a menor participação entre todas as regiões exportadoras nacionais.

13. “*Las economías de América Latina, especialmente las de América del Sur, se beneficiaban de un superciclo de precios de los recursos naturales, alentado por la expansión de la economía china, que en su proceso de creciente industrialización requirió mayores suministros de las materias primas exportadas por esta subregión (minerales, alimentos e hidrocarburos)*”.

GRÁFICO 3
Valor das exportações regionais brasileiras (1990-2016)
 (Em US\$ bilhões)



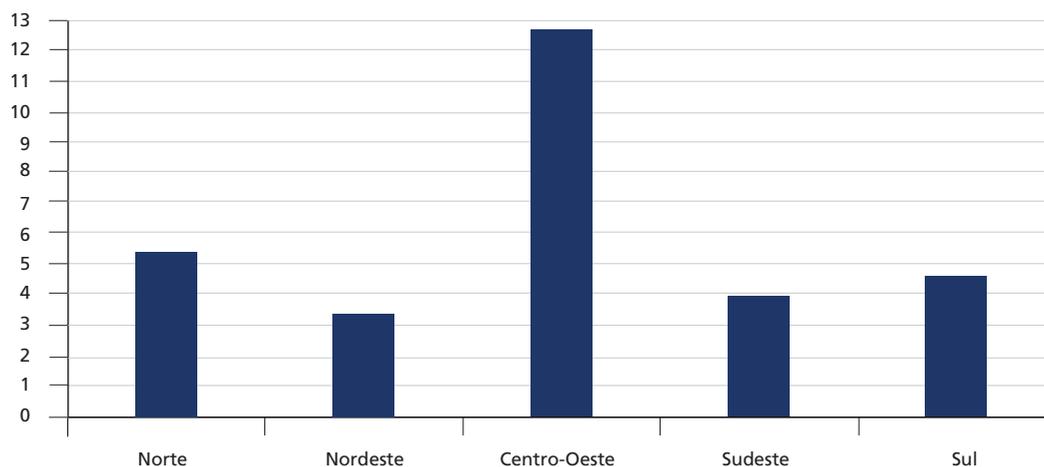
Fonte: SECEX/MDIC.
 Elaboração do autor.
 Obs.: Valores constantes de 2016.

Ao se verificar a taxa de crescimento real das exportações por regiões nacionais, no gráfico 4, constata-se que a região Centro-Oeste foi aquela que apresentou o maior desenvolvimento entre todas as regiões brasileiras no período de 1990 a 2016. Em termos comparativos, esse índice, no Centro-Oeste, foi quase o triplo do encontrado para o Brasil e pouco mais do que o dobro do obtido para a região Norte. Em contraposição, foi quase o quádruplo da taxa de crescimento real da região Nordeste e pouco mais do que o triplo daquela verificada para a região Sudeste. Já em comparação à taxa de crescimento do Sul, ficou em um patamar um pouco aquém do triplo.

Como a expansão das exportações depende do contexto internacional, é importante ressaltar que o período de 2008 a 2009 marcou profundamente a trajetória de expansão das exportações nacionais. Afinal, a crise financeira e de liquidez iniciada nos Estados Unidos teve um forte impacto na economia global e, por consequência, na economia brasileira.¹⁴

14. Como destacaram Biancarelli, Rosa e Vergnhanini (2018, p. 97), "pelo lado comercial, o menor dinamismo já durante a 'pós-bonança' se explica, principalmente, pelo enfraquecimento da demanda americana, da qual a China era a maior beneficiada e transmissora mundo afora. A potência asiática, após a crise, passou a compensar o menor dinamismo das exportações para os Estados Unidos com uma agressividade maior em outros mercados, tornando a concorrência internacional muito mais acirrada. Nesse contexto, a enorme capacidade ociosa naquele país funcionou como poderoso elemento de influência nas (não) decisões de investimento e produção mundo afora".

GRÁFICO 4
Taxa de crescimento real das exportações por regiões brasileiras (1990-2016)
(Em %)



Fonte: SECEX/MDIC.
Elaboração do autor.

Com o desaquecimento da economia norte-americana, houve um refreamento na demanda por produtos externos, desacelerando, assim, as exportações chinesas para os Estados Unidos. De certa forma, este país restringiu o crescimento econômico chinês e, com isso, impactou negativamente a demanda por produtos brasileiros. Isso causou um efeito inverso ao encontrado no período anterior à crise econômica e financeira internacional.

Além disso, soma-se o problema enfrentado na periferia europeia, o qual foi descrito por Carvalho (2018, p. 62), ao analisar o caso brasileiro no período de 2010 a 2012, como um momento que teve “consequências nefastas para o comércio mundial. Voltar-se para o mercado externo em meio a esse contexto revelou-se uma escolha ruim. As exportações, que haviam crescido 11,7% em termos reais em 2010, cresceram apenas 4,8% em 2011 e 0,3% em 2012”.

Dessa maneira, o período posterior à crise financeira e creditícia, que deitou raízes nos Estados Unidos (2008 e 2009), causou um profundo impacto na dinâmica dos mercados internacionais que assombrou negativamente várias economias, sobretudo, aquelas periféricas ao capitalismo central. No caso do Brasil, mesmo existindo uma recuperação entre 2009 e 2011, por causa do ciclo de *commodities*, ainda assim, de 2012 adiante, a trajetória foi de declínio no valor total das exportações nacionais. Possivelmente,

essa diminuição no valor das exportações está relacionada à queda do preço dos metais, a partir de 2011, e das *commodities* agrícolas e combustíveis, a partir de 2014.

No caso específico das exportações da região Centro-Oeste, uma retrospectiva desde 1990 mostra que os valores exportados por essa região correspondiam a US\$ 1,04 bilhões, ou seja, representavam pouco menos de 2,00% do total exportado pelo país. Em 1999, quando houve a crise cambial, a região Centro-Oeste encontrava-se na mesma posição entre as regiões brasileiras, porém, suas exportações eram de US\$ 1,86 bilhões, isto é, aglutinavam 2,70% do somatório da participação total exportada pelas regiões nacionais.

A trajetória de crescimento do valor total exportado pelo país, depois de 1999, se manteve cíclica ao longo do tempo, até sofrer os impactos da crise econômica e financeira desencadeada pelo *subprime*, em setembro de 2008-2009.¹⁵ No entanto, com o desaquecimento do mercado internacional e, em especial, das economias periféricas europeias e asiáticas, o incremento em sua participação no mercado internacional tornou-se declinante depois de 2010, com uma forte queda de 2011-2012, quando atingiu taxas de crescimento reais negativas.

Como destacaram Biancarelli, Rosa e Vergnhanini (2018, p. 121), ao analisar o setor externo nos governos Dilma, pode-se destacar o seguinte fato: “em primeiro lugar, deve-se levar em conta que o cenário internacional enfrentando nessa gestão foi, em quase todo o primeiro mandato, marcado por um ambiente relativamente favorável (‘pós-bonança’) no que se refere aos preços de *commodities* e ao ciclo de liquidez, mas se deteriorando de maneira rápida e intensa a partir de meados de 2014”.

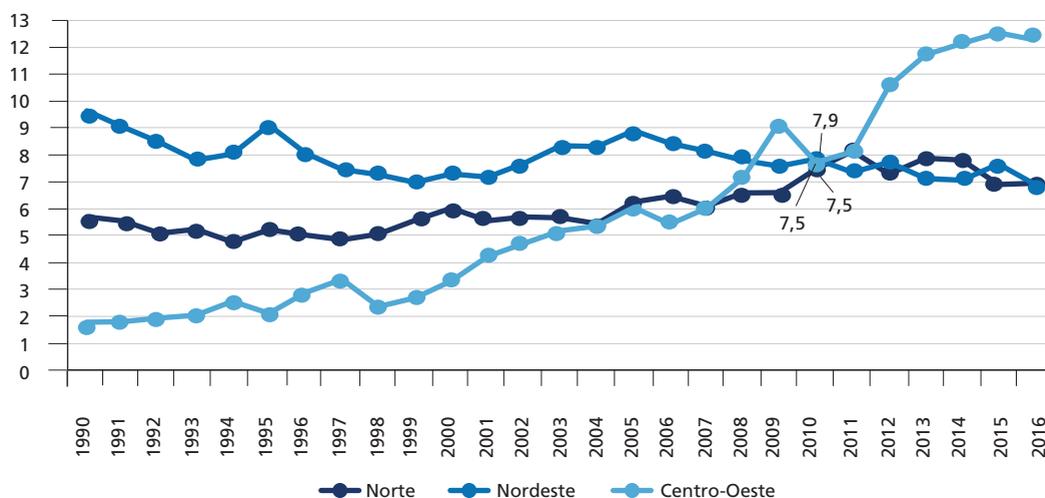
No entanto, o impacto da crise do *subprime* e o desaquecimento dos mercados internacionais entre 2011 e 2016 não aconteceu de forma linear e homogênea entre as exportações das regiões nacionais, dado que seus efeitos se materializaram de modo diferenciado, segundo a especialização produtiva de cada região. Ou seja, aquelas regiões que apresentaram um perfil produtivo mais equiparado às exportações de produtos básicos, portanto ajustados aos ciclos de *commodities* agrícolas, minerais e combustíveis,

15. Em trajetória de alta, em termos reais, desde 2003, os preços das principais *commodities* internacionais subiram consideravelmente em 2007 e no primeiro semestre de 2008. Até meados de 2007, os maiores incrementos ocorreram nos preços dos metais – em particular, minério de ferro, cobre e estanho. A partir do segundo semestre de 2007, petróleo e alimentos passaram a registrar os aumentos mais expressivos e forte volatilidade (Freitas, 2009, p. 113).

tiveram certa trajetória. Em contrapartida, as regiões que se identificavam com um perfil de exportação de bens manufaturados e bens semimanufaturados tiveram outros rumos. Isto é, não houve similaridades entre si e, muito menos, a mesma capacidade de penetração nos mercados internacionais.¹⁶

Ao se fazer uma comparação entre as participações dos valores das exportações efetuadas pelas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, no gráfico 5, verifica-se que a participação da região Centro-Oeste cresceu em um ritmo superior ao encontrado para as regiões Nordeste e Norte entre 1990 e 2014. Esse fato torna-se mais claro, particularmente, depois de 2010, quando os *gaps* existentes entre o Centro-Oeste *vis-à-vis* regiões Norte e Nordeste se ampliaram de forma significativa. Afinal, o Centro-Oeste respondia, em 2010, por pouco mais de 7,5% do total exportado nacional, ao passo que as regiões Nordeste e Norte respondiam, respectivamente, por 7,9% e 7,5%. Em 2016, o Centro-Oeste concentrava 12,3% do total das exportações nacionais, o Nordeste pouco menos de 7,0% e o Norte 7,0%.

GRÁFICO 5
Participação das exportações por região (1990-2016)
(Em %)

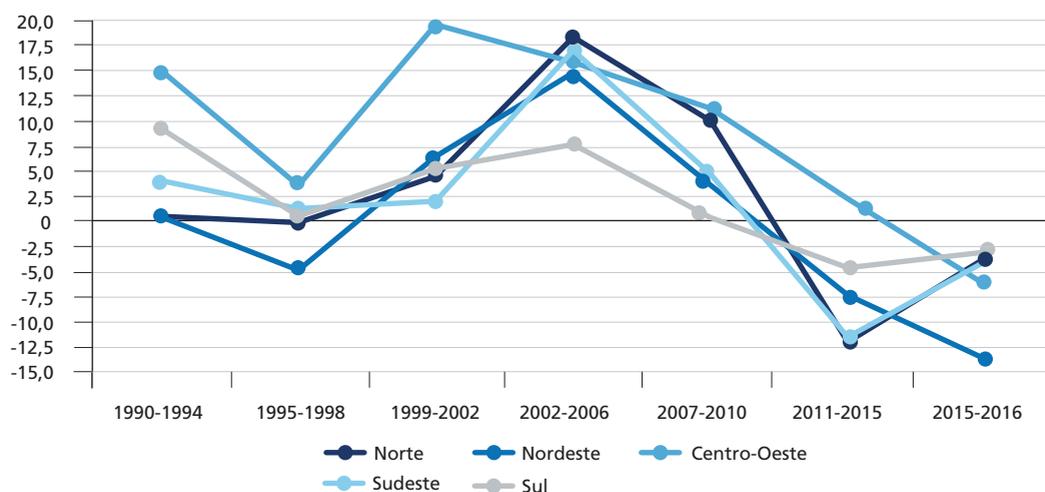


Fonte: SECEX/MDIC.
Elaboração do autor.

16. Para mais detalhes, ver Biancarelli, Rosa e Vergnhanini (2018).

Ao verificar as taxas de crescimento real, entre os pontos de 1990 a 2016, no gráfico 6, observa-se que o ritmo de crescimento das exportações das regiões brasileiras mostrou um comportamento cíclico no período analisado. Na maior parte dos casos, todas as regiões apresentaram uma desaceleração no ritmo exportado entre 1990-1994 e 1995-1998, porém as maiores quedas aconteceram na região Nordeste e Norte. O fato que merece realce, nesses períodos, refere-se aos ritmos de expansão das exportações da região Centro-Oeste, pois foram superiores àqueles encontrados para as demais regiões brasileiras.

GRÁFICO 6
Regiões brasileiras: taxa real de crescimento das exportações (1990-2016)
(Em %)



Fonte: SECEX/MDIC.
Elaboração do autor.

Em contrapartida, entre os períodos de 1999-2002 e 2003-2006, o ritmo de crescimento das exportações foi diferenciado entre as regiões nacionais. No primeiro período, o Centro-Oeste se destacou entre todas elas, sendo seguido pelas regiões Nordeste, Sul, Norte e, por fim, Sudeste. No entanto, no período 2003-2006, observa-se uma recuperação no ritmo das exportações de todas as regiões, sendo Norte, Sudeste e Centro-Oeste, respectivamente, as que apresentaram as maiores taxas de crescimento real.

No caso dos períodos de 2007-2010, 2011-2015 e 2015-2016, observa-se uma trajetória decrescente, porém com taxas de crescimento reais positivas das exportações regionais no primeiro período. A partir do desaquecimento dos mercados asiáticos e da periferia europeia, em 2011, constata-se que as taxas de crescimento reais das

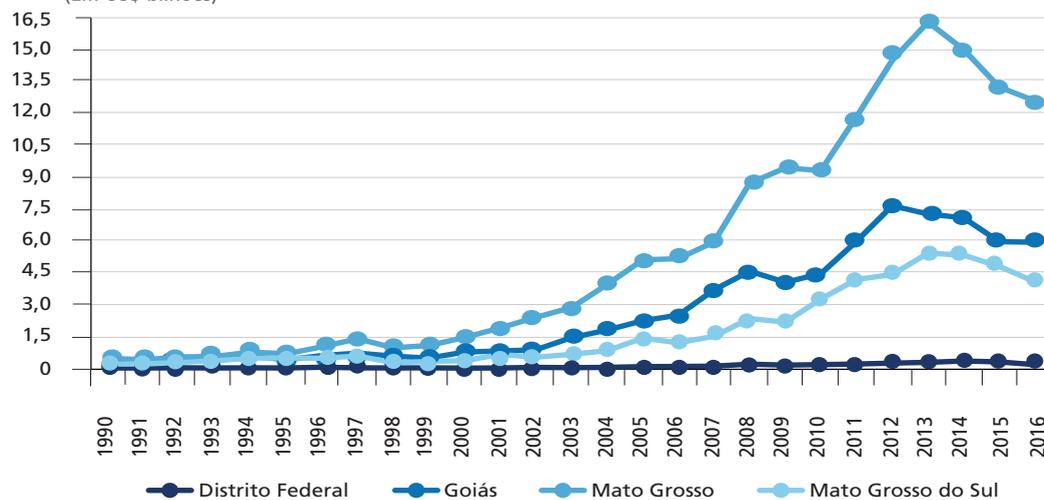
exportações entram em declínio e tornam-se negativas, com exceção do Centro-Oeste, entre 2011-2015. No período seguinte, 2015-2016, todas as taxas de crescimento reais das exportações foram declinantes. O fato que diferenciou uma da outra foi somente a intensidade na redução dessas exportações.

A próxima seção tem o propósito de esclarecer um pouco mais sobre a dinâmica das exportações da região Centro-Oeste. É dado um enfoque especial à evolução da estrutura de exportações das Unidades da Federação que formam esse espaço regional, e ao comportamento de seus produtos ao longo de pouco mais de duas décadas e meia.

5 ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES NO PERÍODO DE 1990 A 2016: O CASO DOS PRODUTOS CENTRO-OESTINOS

Para se compreender um pouco mais sobre a dinâmica das exportações da região Centro-Oeste, se faz necessário verificar, primeiramente, como se objetivou a evolução das exportações de cada estado durante pouco mais de duas décadas e meia. Nesse sentido, o gráfico 7 aponta que, no período de 1990 a 2016, a Unidade da Federação que apresentou o maior valor exportado entre as regiões centro-oestinas foi Mato Grosso. O estado veio seguido por Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

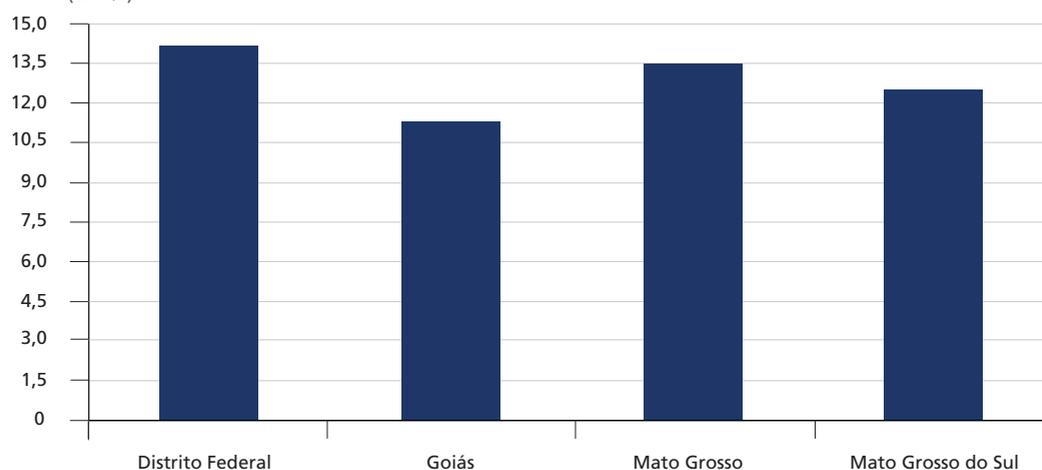
GRÁFICO 7
Centro-Oeste: exportações por Unidades da Federação (1990-2016)
(Em US\$ bilhões)



Fonte: SECEX/MDIC.
Elaboração do autor.
Obs.: Valores constantes de 2016.

Ao verificar a taxa de crescimento real das exportações por Unidades da Federação do Centro-Oeste, constata-se que o Distrito Federal apresentou o maior crescimento no período de 1990 a 2016, conforme mostra o gráfico 8. Em termos comparativos, a taxa de crescimento real do Distrito Federal foi 12% superior àquela encontrada para a região Centro-Oeste e quase 30% daquela obtida para Goiás. Em contraposição, foi pouco menos de 5% daquela auferida para o Mato Grosso e pouco mais que 13% daquela alcançada para o Mato Grosso do Sul.

GRÁFICO 8
Centro-Oeste: taxa de crescimento real das exportações das Unidades da Federação (1990-2016)
(Em %)



Fonte: SECEX/MDIC.
Elaboração do autor.

Mesmo apresentando uma expressiva taxa de crescimento real entre 1990 e 2016, a participação do Distrito Federal no valor total das exportações da região Centro-Oeste foi, em média, aquém dos 1%, isto é, pouco relevante no contexto relativo da região. Na média do período, o Mato Grosso respondeu por quase 53% do total exportado, seguido por Goiás, com quase 29%, e Mato Grosso do Sul, com pouco mais de 18%.

Em 1990, os dois principais exportadores da região, Mato Grosso e Goiás, exportaram juntos 81% do valor total das exportações do Centro-Oeste. Em 1999, no auge da crise cambial, esses dois estados aglutinaram pouco mais de 82%, ao passo que, em 2016, acumularam juntos pouco mais de 81% do total exportado da região. A partir desses dados, pode-se auferir que Mato Grosso e Goiás são as

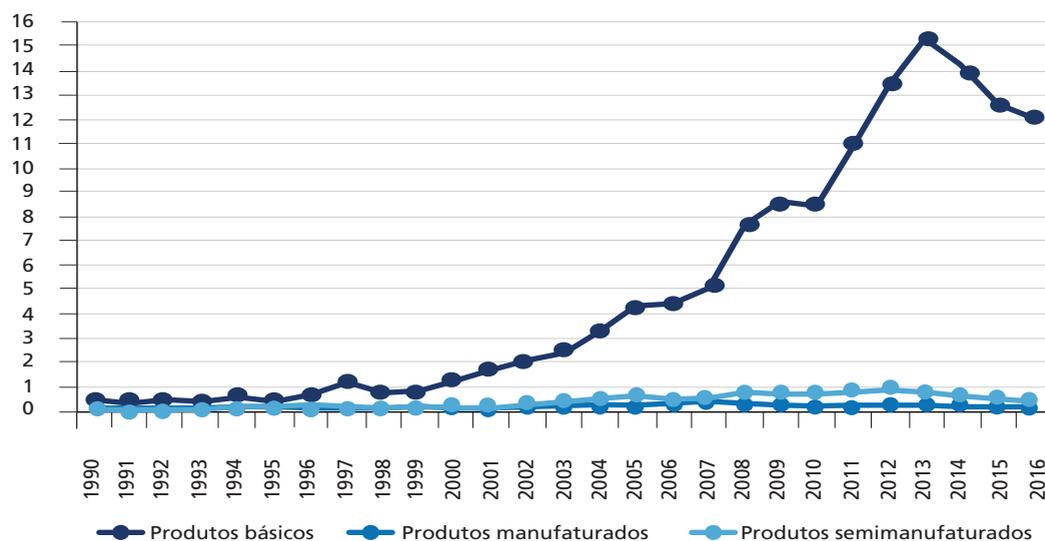
principais Unidades da Federação nesse espaço regional, por apresentarem maior penetração nos mercados internacionais.

Ao se analisar as exportações do Mato Grosso segundo os agregados econômicos, observa-se que, no período de 1990 a 2016, houve uma predominância dos produtos básicos na pauta de exportações desse estado, e sua taxa de crescimento real ficou próxima a 14,0% a.a., conforme mostra o gráfico 9. Em subsequência, vieram os produtos semimanufaturados, com uma taxa de crescimento real pouco superior a 12,5% a.a., e, adiante, os produtos manufaturados, com 5,0% a.a. Isto posto, pode-se inferir que as exportações do Mato Grosso, no período em destaque, concentraram-se em produtos com baixa capacidade de agregação de valor nos elos das cadeias produtivas que constituem os complexos agroindustriais nacionais e internacionais.

GRÁFICO 9

Mato Grosso: exportações por agregados econômicos (1990-2016)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: SECEX/MDIC.

Elaboração do autor.

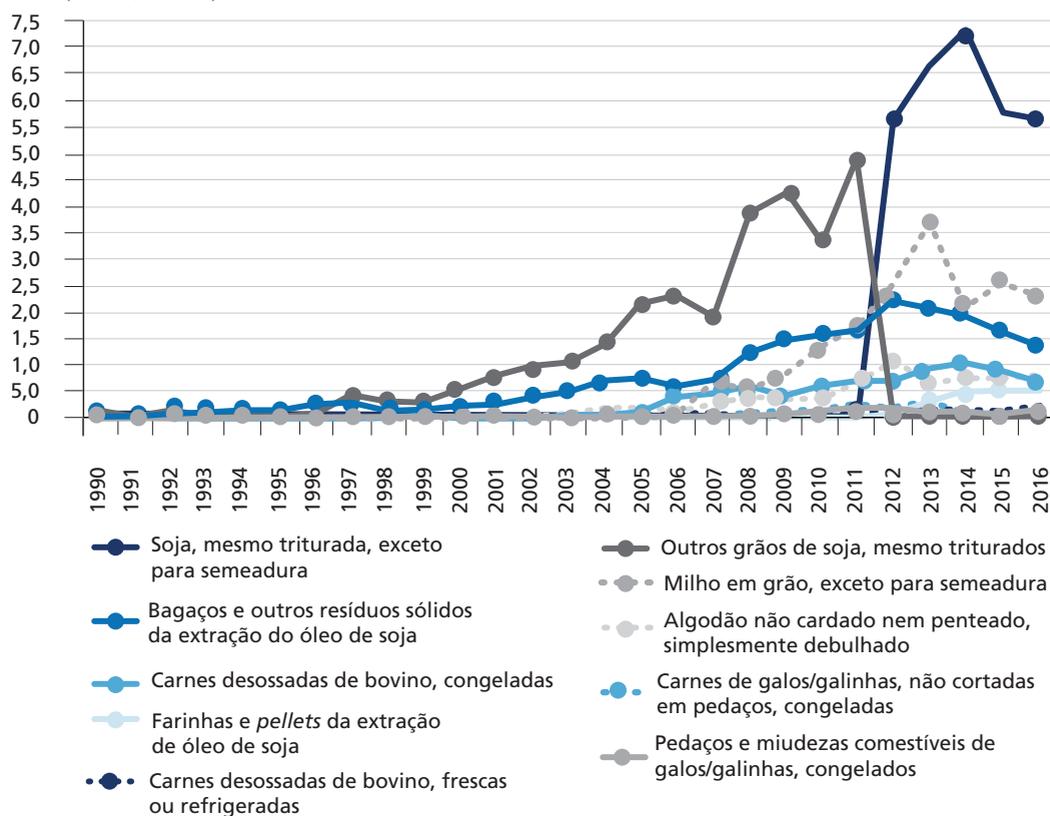
Obs.: Valores constantes de 2016.

Em termos de participação do total exportado pelo estado, em 1990, os produtos básicos aglutinavam pouco mais de 87,0% da pauta exportadora, ao passo que, em 1999, esses valores correspondiam a 75,5%. No entanto, é importante ressaltar que, em 2016, os produtos básicos representavam 96,0% da pauta exportadora do

Mato Grosso. Esses dados demonstram claramente que esse estado, de 1990 a 2016, especializou-se em produtos que, diretamente ou não, demandam o uso crescente de recursos naturais.

Ao decompor as exportações dos produtos básicos do Mato Grosso, observa-se que, dos 203 produtos que constam na relação da SECEX/MDIC, os dez principais concentraram, em 1990, quase 89% do total da pauta de exportação de produtos básicos, conforme mostra o gráfico 10. Em 2016, esse índice chegava a quase 98%.

GRÁFICO 10
Mato Grosso: exportações de produtos básicos (1990-2016)
(Em US\$ bilhões)



Fonte: SECEX/MDIC.
Elaboração do autor.
Obs.: Valores constantes de 2016.

Por exemplo, os produtos de soja e derivados¹⁷ reuniam, em 1990, aproximadamente, 88,5% do total das exportações de produtos básicos do Mato Grosso. Em 1999, esse valor correspondia a quase 90,0% e, em 2016, a pouco menos de 70,0%. Os demais produtos estão relacionados à exportação de milho, carnes bovinas e aves e algodão não cardado e penteado.

De modo geral, observa-se que o Mato Grosso tem uma participação significativa na pauta de exportações brasileiras. Em 1990, respondia por pouco menos de 1,00% do total exportado brasileiro, no entanto, em 1999, quando houve uma forte crise cambial no Brasil, sua participação relativa tinha saltado para 1,28%, chegando, em 2016, a 6,80%. No caso dos produtos básicos mato-grossenses, a participação no total exportado do Brasil saltou de 0,71%, em 1990, para 1,02%, em 1999, alcançando 6,52%, em 2016. Isso mostra que o Mato Grosso, nos últimos 26 anos, aumentou significativamente sua importância e contribuição na pauta exportadora brasileira, sobretudo em produtos de soja e derivados, milho, algodão e carnes bovinas e aves.

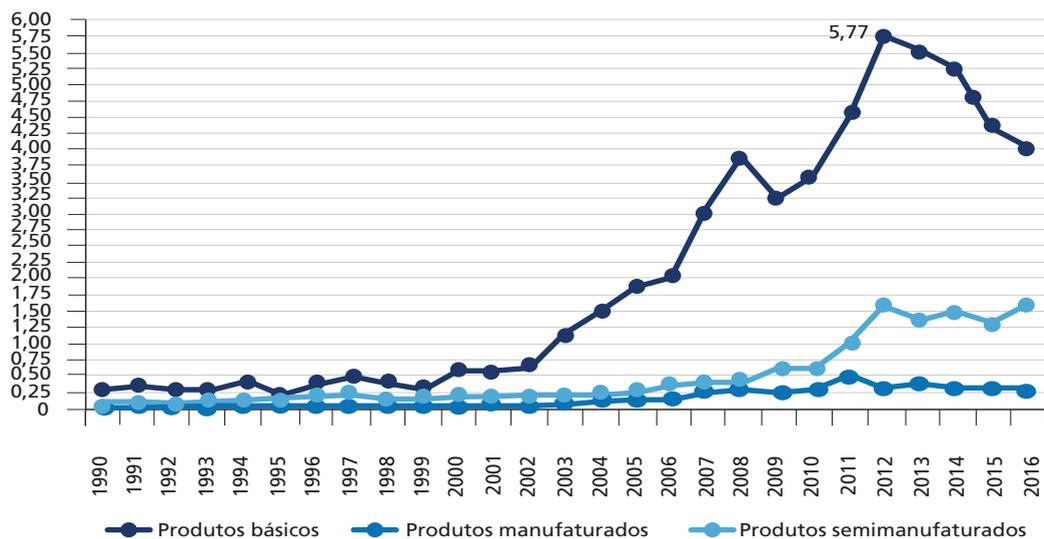
Nota-se no gráfico 11 que, no caso de Goiás, no período de 1990 a 2016, há uma predominância das exportações de produtos básicos. Em termos de ritmo de expansão, sua taxa de crescimento real foi de quase 11,0% a.a. Já aquela encontrada para os produtos manufaturados foi de quase 15,0% a.a. e, para os produtos semimanufaturados, aproximou-se dos 12,0% a.a. Em contrapartida, é importante ressaltar que, do início dos anos 1990 a 2002, as exportações médias de produtos básicos de Goiás foram de US\$ 387,95 milhões.¹⁸ Porém, após essa data, o valor exportado desses produtos cresceu de forma significativa, chegando a US\$ 5,77 bilhões em 2012.

Com a crise econômica internacional, que afetou a economia chinesa e os países da periferia da Europa no período posterior a 2010, as exportações de produtos básicos de Goiás declinaram a partir de 2012, e chegaram, em 2016, a US\$ 4,04 bilhões, isto é, tiveram uma taxa de crescimento real de -8,5% a.a. Em sentido oposto, as exportações de produtos semimanufaturados apresentaram crescimento, uma vez que saltaram de US\$ 401,44 milhões, em 2008, para US\$ 1,58 bilhões em 2016. Ou seja, a taxa de crescimento real foi de quase 25,0% a.a.

17. Produtos de soja e derivados correspondem aos seguintes produtos: *i*) soja, mesmo triturada, exceto para sementeira; *ii*) outros grãos de soja, mesmo triturados; *iii*) bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja; e *iv*) farinha e *pellets*, da extração do óleo de soja.

18. Com um desvio-padrão de US\$ 134,73 milhões.

GRÁFICO 11
Goiás: exportações por agregados econômicos (1990-2016)
 (Em US\$ bilhões)



Fonte: SECEX/MDIC.
 Elaboração do autor.
 Obs.: Valores constantes de 2016.

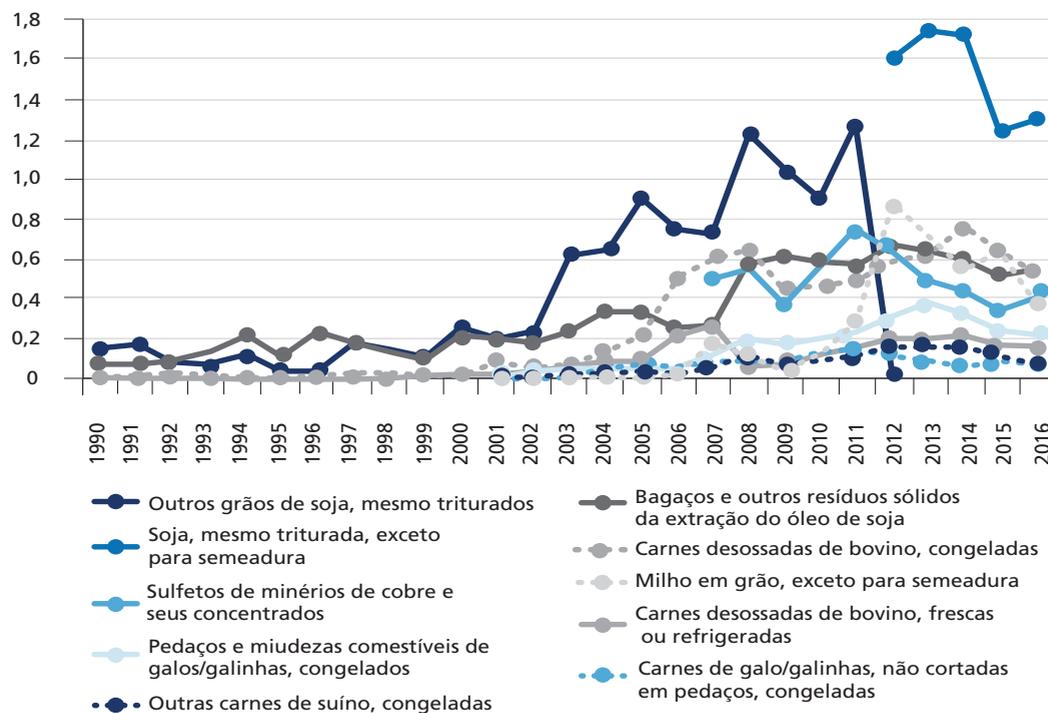
As exportações de produtos manufaturados, mesmo com menor expressão, em relação aos demais agregados econômicos, tiveram um incremento em sua participação no valor total exportado. Em 1990, os produtos manufaturados respondiam por pouco mais de 2% do total das exportações do estado, porém, em 2016, aglutinaram 5% do total exportado pelo estado: ou seja, entre 1990 e 2016, a taxa de crescimento real foi de quase 15% a.a.

No gráfico 12, verifica-se que a pauta de exportação de Goiás focou em poucos produtos. Do total de 306 produtos exportados, os dez principais concentraram, em 1990, quase 85,0% da pauta exportadora do estado. Em 1999, esses valores correspondiam a 84,0%, ao passo que, em 2016, aglutinaram pouco mais de 91,0%. Dos dez produtos mais exportados, os produtos relacionados à soja e derivados¹⁹ respondem por parcela significativa da pauta de exportações goiana. Em 1990, esses produtos juntos contemplavam pouco mais de 83,0% da pauta de exportação. Já em

19. Produtos de soja e derivados correspondem aos seguintes produtos, conforme a NCM: *i)* outros grãos de soja, mesmo triturados; *ii)* bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja; e *iii)* soja, mesmo triturada, exceto para sementeira.

1999, respondiam por pouco mais de 69,0% da demanda externa para esses produtos. Por sua vez, em 2016, soja e derivados reuniam 45,5% da pauta de exportação do estado.

GRÁFICO 12
Goiás: exportações de produtos básicos (1990-2016)
(Em US\$ bilhões)



Fonte: SECEX/MDIC.
Elaboração do autor.
Obs.: Valores constantes de 2016.

Por sua vez, os produtos decorrentes de carnes e derivados,²⁰ em 1990, respondiam por 1,6% da pauta exportadora. Em 1999, esses valores saltaram para quase 15,0%, chegando, em 2016, a uma participação de pouco mais de 26,0% das exportações de Goiás. Outros dois produtos que apresentaram um crescimento significativo na pauta exportadora do estado foram milho e sulfetos de minério de cobre e seus concentrados.

20. Produtos de carnes e derivados correspondem aos seguintes produtos, conforme a Nomenclatura Comum do Mercosul: i) carnes desossadas de bovino, congeladas; ii) pedaços e miudezas comestíveis de galos/galinhas congelados; iii) carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas; iv) outras carnes de suíno, congeladas; e v) carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congeladas.

Em 1990, o milho e os sulfetos eram inexpressivos na pauta exportadora. No entanto, em 2007, o milho acumulou 6,00% das exportações de Goiás, e os sulfetos de minério de cobre e seus concentrados aglutinaram pouco mais de 16,00%. Em 2016, esses produtos reuniam, respectivamente, 9,20% e 9,90% da pauta de exportações goiana. De tudo isso, destaca-se que as exportações de Goiás, semelhante ao caso do Mato Grosso, focavam, sobremaneira, produtos básicos. Em termos de participação no total exportado nacionalmente, Goiás respondeu, em 1990, por pouco menos de 0,65% das exportações brasileiras, enquanto os produtos básicos ficaram em 0,48%.

Em 1999, observa-se um suave crescimento na participação de Goiás no cenário nacional, concentrando 0,68% de todas as exportações nacionais e 0,43% das exportações de produtos básicos. Em 2016, o estado respondeu por 3,20% do total exportado pelo país e por 2,19% dos produtos básicos exportados. Nesse sentido, observa-se que Goiás tornou-se tanto um exportador de soja e derivados, como também de carnes, milho e sulfetos de minério de cobre e concentrados.

Sem grandes pormenores, observa-se que Mato Grosso e Goiás responderam por pouco mais de 80% da pauta exportadora da região Centro-Oeste na média do período compreendido entre 1990 a 2016. Entre os produtos que são demandados no mercado internacional, há destaque para aqueles relacionados à produção agrícola, diretamente ou na cadeia produtiva. É o caso, por exemplo, da soja e derivados, milho, algodão e produtos alimentares (como carnes bovinas, suínas e aves e derivados) e ainda produtos minerais (como sulfetos de minerais de cobre).

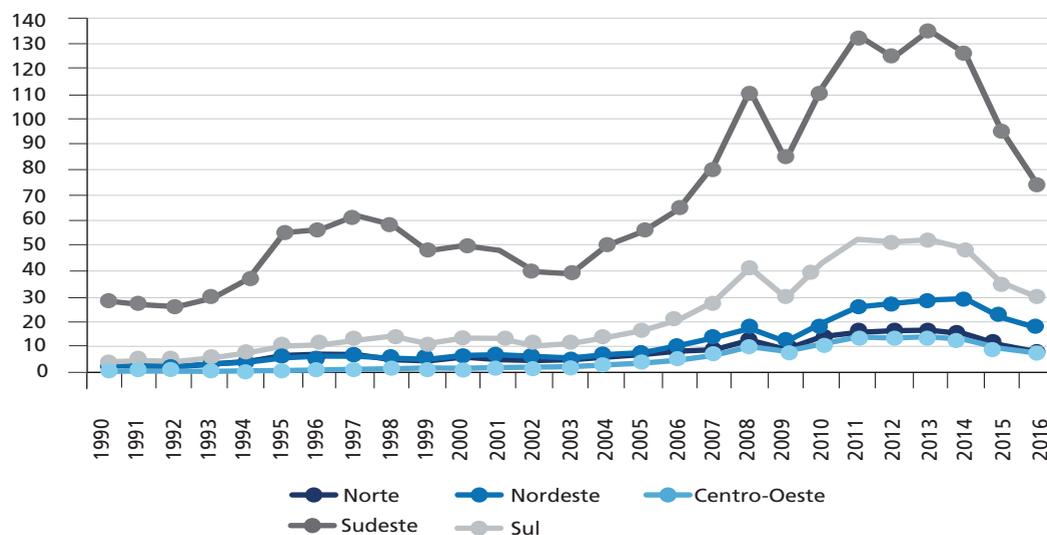
Por fim, como o objetivo é fazer uma análise da balança comercial da região Centro-Oeste, no contexto da dinâmica dos mercados internacionais, é preciso verificar o comportamento das importações no processo de integração produtivo dessa região com os principais centros de produção internacionais. Esse será o objetivo da próxima seção.

6 ESTRUTURA DAS IMPORTAÇÕES NO PERÍODO DE 1990 A 2016

No caso das importações, observa-se no gráfico 13 que, no período de 1990 a 2016, a principal região brasileira a demandar produtos externos foi o Sudeste. Em 1990, essa região respondia por 74,5% do total importado pelo país, sobretudo devido à

concentração de grande parte do consumo e do parque industrial nacional nesse espaço regional. Em 1999, sua participação teve uma redução, respondendo por 67,6% da demanda de produtos provenientes do mercado internacional. Por fim, em 2016, em meio à crise econômica brasileira, as importações da região Sudeste perfizeram quase 55,0% do total nacional.

GRÁFICO 13
Importações por regiões brasileiras (1990-2016)
(Em US\$ bilhões)



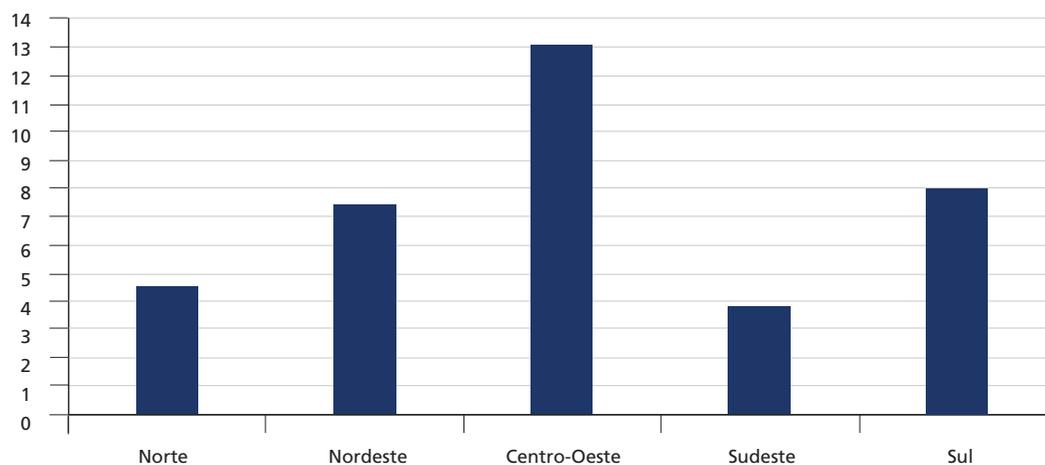
Fonte: SECEX/MDIC.
Elaboração do autor.
Obs.: Valores constantes de 2016.

Por sua vez, a região Sul, segunda macrorregião mais industrializada do país, aglutinou, em 1990, 10,6% da demanda por produtos internacionais, ao passo que, em 1999, esses valores correspondiam a 16,0%. Em 2016, essa região demandou do mercado externo 21,6% de tudo o que foi consumido no país. Em contrapartida, constata-se que as importações da região Nordeste apresentaram um crescimento significativo no período posterior à crise financeira e monetária proporcionada pela quebra dos bancos norte-americanos no ano de 2008. Saíram de uma participação de 7,2% do total das importações nacionais, em 1990, para 9,0%, em 2008, e quase 13,0% em 2016.

No caso das regiões Norte e Centro-Oeste, observa-se que, em 1990, a participação das importações desses espaços regionais no total nacional era, respectivamente, de 6,7% e 0,8%. Em 2016, constata-se uma redução na participação das importações da região

Norte no total nacional, uma vez que aglutinou quase 6,0%. Já a região Centro-Oeste apresentou um significativo incremento em sua participação, reunindo 5,5% do total importado pelo país. É importante registrar que, no período de 1990 a 2016, conforme o gráfico 14, a região que apresentou a maior taxa de crescimento real de suas importações foi o Centro-Oeste. Sem grandes pormenores, esse índice foi quase o triplo do obtido no Norte e quase o dobro do auferido para o Nordeste.

GRÁFICO 14
Taxa de crescimento real das importações por regiões brasileiras (1990-2016)
(Em %)



Fonte: SECEX/MDIC.
Elaboração do autor.

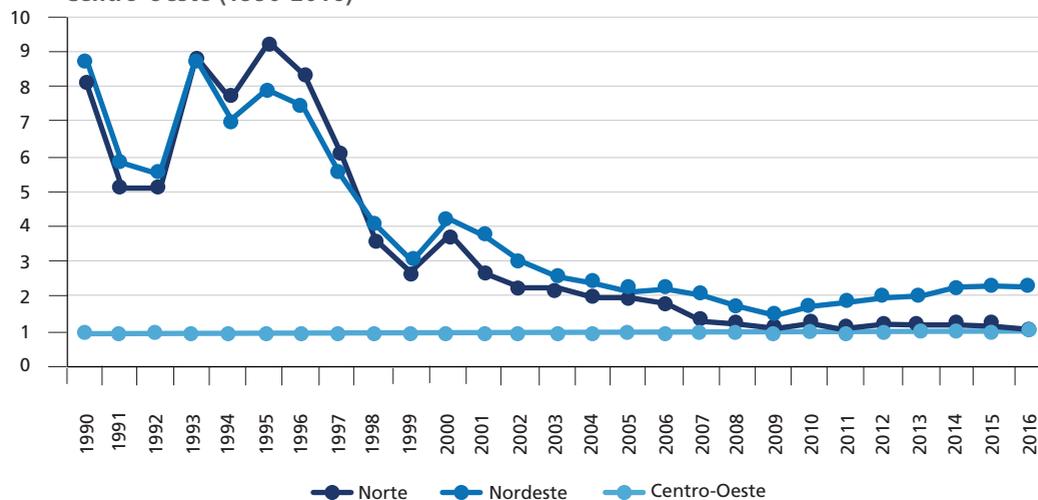
No caso das regiões mais industrializadas do país, como Sudeste e Sul, observa-se que a taxa de crescimento real do Centro-Oeste foi quase o quádruplo daquela verificada para o Sudeste, e um pouco mais do que uma vez e meia daquela estabelecida para a região Sul. Em vista disso, pode-se concluir que a região Centro-Oeste, além de liderar a expansão das exportações regionais, manteve a mesma dinâmica em termos do incremento de suas importações.

Um ponto que merece destaque, conforme mostra o gráfico 15, é a redução no hiato existente entre a razão do valor das importações das regiões Nordeste e Norte *vis-à-vis* região Centro-Oeste. Em 1990, as importações realizadas pelo Nordeste e Norte eram um pouco maiores que o óctuplo daquelas realizadas pelos estados do Centro-Oeste. Por seu turno, em 2016, houve uma maior convergência entre os valores

importados das regiões, uma vez que não foram superiores ao triplo dos realizados pela região Centro-Oeste. Isso mostra claramente que os estados do Centro-Oeste incrementaram ainda mais a demanda por produtos externos para atender o setor produtivo da região e fortalecer o padrão de consumo dos centro-oestinos.

GRÁFICO 15

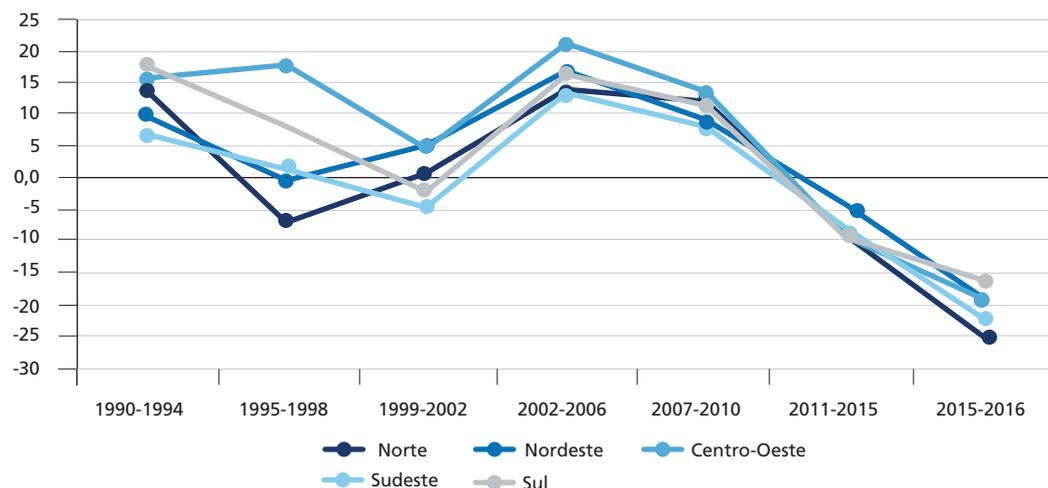
Razão entre o valor das importações das regiões Nordeste e Norte *vis-à-vis* região Centro-Oeste (1990-2016)



Fonte: SECEX/MDIC.
Elaboração do autor.

Ao verificar o ritmo de crescimento das importações por região, por meio da taxa de crescimento real, conforme o gráfico 16, observa-se que seu comportamento foi cíclico no período de 1990 a 2016. Entre 1990 e 1994, essa movimentação das importações se objetivou em um ambiente econômico marcado pelas transformações proporcionadas pelas reformas do governo Collor. Tais mudanças impulsionaram ainda mais a abertura da economia brasileira, com o fito de acelerar a modernização do padrão de consumo e proporcionar um choque tecnológico na estrutura industrial nacional. Tudo isso favoreceu o incremento das importações no período.

GRÁFICO 16
Taxa de crescimento real das importações por região (1990-2016)
(Em %)



Fonte: SECEX/MDIC.
Elaboração do autor.

Com a implementação das políticas econômicas restritivas do Plano Real (em 1994), no período de 1995 a 1998, houve uma redução na atividade econômica nacional e, por consequência, no ritmo de expansão das importações. Esse impacto foi sentido com maior força nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste; todavia, nas regiões Sul e Centro-Oeste, o ritmo de expansão das importações foi mais evidenciado.

No período entre a crise cambial de 1999 até o final do governo FHC, observa-se que o comportamento das importações se objetivou de forma diferenciada entre as regiões nacionais. De um lado, as regiões Centro-Oeste e Nordeste incrementaram as importações em seus espaços territoriais. De outro, as regiões Sudeste e Sul passaram por uma forte desaceleração em suas importações. Possivelmente, por serem as regiões mais industrializadas do país, o impacto das políticas econômicas restritivas causou maiores efeitos em suas estruturas industriais e no consumo, reduzindo, por conseguinte, suas importações.

Constata-se uma recuperação no ritmo de crescimento das importações nos períodos 2003-2006 e 2007-2010. Um dos motivos dessa expansão das importações decorre do incremento do produto total, que, de certa forma, contra-arrestou a política de valorização do real frente ao dólar. Esse crescimento das importações abarcou todas as regiões, porém se objetivou em cadências diferentes. Por exemplo,

a região Centro-Oeste foi aquela que apresentou as maiores taxas de crescimento, em comparação às demais regiões nacionais.

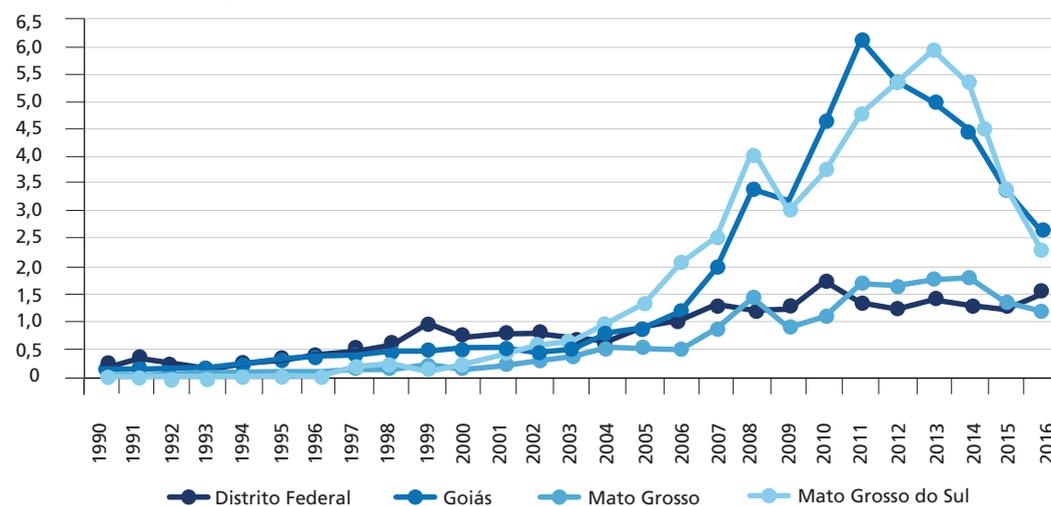
Em sentido contrário, os períodos finais, 2011-2015 e 2015-2016, foram marcados por uma desaceleração no ritmo de crescimento das importações em todas as regiões brasileiras. Isso porque o desajuste macroeconômico desse período impactou, de forma restritiva, o incremento do produto total. Ao lado da política de desvalorização do real frente ao dólar, esse aumento freou a expansão das importações na economia brasileira.

Como esse efeito não se objetivou de forma homogênea no espaço territorial brasileiro, pode-se constatar que as regiões com o maior impacto, em termos de redução do ritmo de crescimento de suas importações, no período de 2011-2015, foram Sul, Centro-Oeste e Norte. No período de 2015-2016, as regiões que apresentaram as maiores contrações em sua demanda por produtos externos foram Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

No caso da região Centro-Oeste, conforme o gráfico 17, constata-se que os principais importadores foram Goiás e Mato Grosso do Sul. Juntos, esses estados responderam por 43,0% do total importado em 1990. Porém, na época da crise cambial de 1999, respondiam por 31,0% do valor total importado da região. Após esta data, os dois estados aceleraram o ritmo de crescimento de suas importações e responderam juntos, em 2016, por quase 65,0% do total importado de toda região Centro-Oeste. Em termos de taxas de crescimento real, no período de 1990 a 2016, a expansão das importações do Mato Grosso do Sul (2002-2016) foi de pouco mais de 41,0% a.a., ao passo que a de Mato Grosso foi de quase 14,0% a.a., Goiás 12,1% a.a. e a do Distrito Federal pouco menos de 10,0% a.a.

No que diz respeito ao estado de Goiás, observa-se que suas importações apresentaram uma trajetória exponencial de 1990 a 2011, com uma reversão cíclica após essa época. Ou seja, de 1990 a 2011, Goiás apresentou uma taxa de crescimento real em suas importações de quase 20,0% a.a. Porém, no período seguinte, essa mesma taxa foi reduzida para -16,2% a.a.

GRÁFICO 17
Centro-Oeste: importações por Unidades da Federação (1990-2016)
 (Em US\$ milhões)



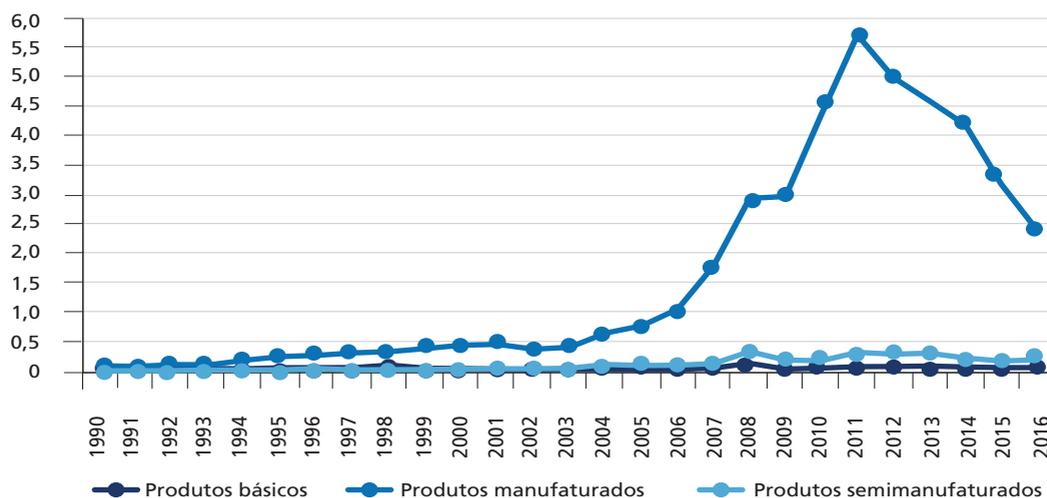
Fonte: SECEX/MDIC.
 Elaboração do autor.
 Obs.: Valores constantes de 2016.

Em termos de participação no valor total das importações da região Centro-Oeste, constata-se que, em 1990, Goiás respondia por 43% das importações. No ano de 2011, esse mesmo estado ainda tinha 44% do somatório das importações centro-oestinas. Já em 2016, em um momento de forte crise econômica, a participação das importações goianas passou a ser de pouco menos de 35%.

Como pode ser observado no gráfico 18, os produtos manufaturados são os principais na pauta de importações de Goiás no período de 1990 a 2016. Quanto à taxa de crescimento real para o período, os produtos semimanufaturados apresentaram maior ritmo de acréscimo, uma vez que se expandiram em pouco mais de 16,0% a.a. Em seguida, vieram os produtos manufaturados, com 13,5% a.a., e os produtos básicos, com pouco mais de 1,0% a.a.

No que se refere à participação, em 1990, os produtos manufaturados eram responsáveis por pouco mais de 66,0% da pauta de importações do estado, seguidos por produtos básicos, com 31,0%. Em 1999, os produtos manufaturados já aglutinavam quase 84,0% das importações, ao passo que os produtos básicos respondiam por 10,5%.

GRÁFICO 18
Goiás: importações por agregados econômicos (1990-2016)
(Em US\$ bilhões)



Fonte: SECEX/MDIC.
Elaboração do autor.
Obs.: Valores constantes de 2016.

Com a crise cambial de 1999, observa-se um incremento na participação das importações de produtos semimanufaturados e um decréscimo nos produtos básicos. Por exemplo, em 2000, a participação dos produtos básicos perfazia pouco mais de 8,5% da pauta de importação de Goiás, enquanto os produtos semimanufaturados concentraram ligeiramente acima de 7,2%. Em 2011, no ápice das importações, os produtos básicos respondiam por pouco mais de 1,0%, ao passo que os produtos manufaturados aglutinavam quase 94,0% do valor total da demanda goiana por produtos externos. Já os produtos semimanufaturados agjavam não muito além de 5,0%.

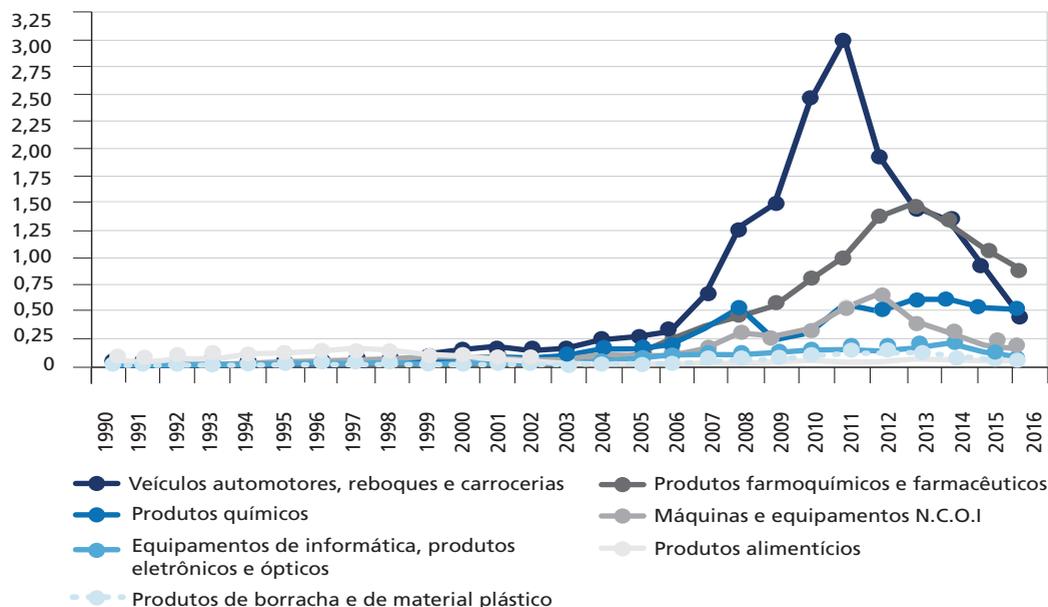
Mesmo que o valor das importações tenha decaído depois de 2011, ainda assim, a participação dos produtos manufaturados concentrou, em 2016, 90,5% da pauta de importações desse estado. Ao mesmo tempo, os produtos básicos aglutinaram pouco mais de 2,0%, e os produtos semimanufaturados saltaram para pouco mais de 7,0%.

Sem grandes pormenores, observa-se que a relação entre o valor total das importações de Goiás e o valor total das importações nacionais, dos anos 1990 a 2011, apresentou uma trajetória exponencial. Isto é, foi cada vez mais dependente de produtos externos.

Em 1990, Goiás respondia por 0,4% do total das importações brasileiras, ao passo que, em 2011, quando o estado se encontrou no pico máximo da série, sua participação foi de 2,5% do total importado pelo país. Com a crise econômica, particularmente a partir de 2014, constata-se um decréscimo nessa participação. Em 2016, o índice aglutinou quase 2,0% do total demandado pelo país no mercado internacional.

No que tange às importações de produtos manufaturados de Goiás entre 1990 e 2016, o gráfico 19 destaca que, em 1990, o setor que mais contribuiu para as importações estaduais foi o de produtos alimentícios, com pouco mais de 51,0%. Em seguida, vieram máquinas e equipamentos não classificados em outro código ISIC (N.C.O.I), com pouco mais de 19,0%, e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, com quase 9,5%. Esses três setores juntos responderam por quase 80,0% das importações de produtos manufaturados de Goiás. O setor de veículos automotores, reboques e carrocerias, por sua vez, aglutinou pouco menos de 1,0%.

GRÁFICO 19
Goiás: importações por setores econômicos que constituem os produtos manufaturados (1990-2016)
(Em US\$ bilhões)



Fonte: SECEX/MDIC.

Elaboração do autor.

Obs.: Valores constantes de 2016.

Não obstante, de 1990 até a crise cambial de 1999, houve uma redução na participação do setor de alimentos entre os produtos manufaturados importados pelo estado. Em 1999, as importações desse setor respondiam por 26,7%, ao passo que os setores de veículos automotores, reboques e carrocerias aglutinaram pouco mais de 27,0%. Em vista disso, pode-se concluir que houve uma reorientação na estratégia de desenvolvimento do estado, provocada pelo deslocamento nas prioridades da pauta de importações para outros setores industriais.

Nessa perspectiva, a demanda externa por produtos relacionados a veículos automotores, reboques e carrocerias apresentou um incremento significativo no período impulsionado. Isso, possivelmente, se deveu à política estadual de incentivos fiscais, a qual tem por fito promover, dentro dos seus limites, o processo de crescimento industrial goiano.

Em 2000, os setores de veículos automotores, reboques e carrocerias respondiam por quase 33,0% das importações dos produtos manufaturados de Goiás, ao passo que em 2010 essa participação foi de 55,5%. A partir de 2011, ela tornou-se declinante e se posicionou, em 2016, em pouco menos de 20,0%. Possivelmente, isso aconteceu em decorrência da crise macroeconômica vivenciada no país, que contraiu, sobremaneira, o produto nacional.

Outros setores que se destacaram, enquanto demandadores de produtos externos, foram os relacionados a produtos químicos e produtos farmoquímicos e farmacêuticos. Em 1990, esses setores eram responsáveis, respectivamente, por 0,75% e 0,01% do valor total das importações dos produtos manufaturados do estado. Em 2016, o setor de produtos químicos concentrou 21,50% do total de importações do setor de produtos manufaturados de Goiás, ao passo que no setor de produtos farmoquímicos e farmacêuticos o índice foi de quase 37,50%.

Ao que tudo indica, de 1990 a 2016, os setores que apresentaram as maiores taxas de crescimento real, no que se refere à importação de produtos manufaturados goianos, foram os produtos farmoquímicos e farmacêuticos, com quase 60,0% a.a. Tal setor foi seguido por celulose, papel e produtos de papel, com 40,1% a.a.; metalurgia, com 36,2% a.a.; coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, com quase 35,0% a.a.; produtos químicos, com pouco mais de 29,0% a.a.; e, por fim, veículos automotores, reboques e carrocerias, com quase 29,0% a.a.

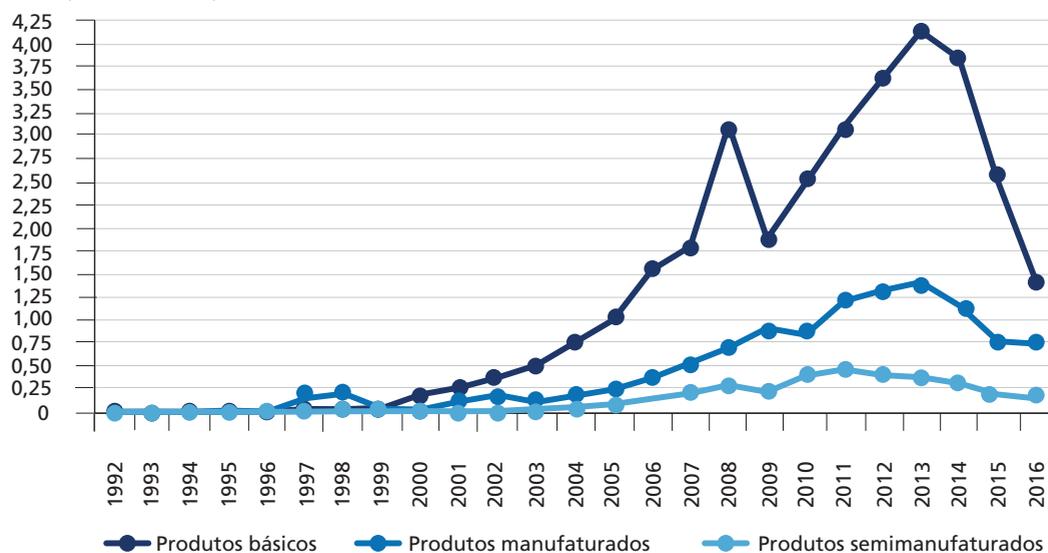
Em síntese, observa-se que, de 1990 a 2016, houve uma modificação entre os setores industriais de Goiás, uma vez que, em 1990, o setor que apresentava a maior demanda por produtos externos era o relacionado a alimentos, seguido por máquinas e equipamentos N.C.O.I, equipamentos de informática, bebidas e aeronaves. Em 2016, o setor industrial que mais demandou produtos externos no estado foi produtos farmoquímicos e farmacêuticos, seguido por produtos químicos, veículos automotores, reboques e carrocerias, máquinas e equipamentos N.C.O.I e, por fim, equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos.

No caso do Mato Grosso do Sul, pode-se observar que os produtos básicos foram os que apresentaram a maior expressão entre as importações de 1993 a 2016, conforme mostra o gráfico 20. Sua taxa de crescimento real foi de quase 50,0% a.a., ao passo que as importações de manufaturados, entre 1992 e 2016, expandiram-se próximo aos 35,0% a.a. Por fim, as importações de semimanufaturados, que ganharam realce na pauta importadora do estado, no período posterior a 1996, apresentaram uma taxa de crescimento real de 23,4% a.a., entre 1997 e 2016.

GRÁFICO 20

Mato Grosso do Sul: importações por agregados econômicos (1992-2016)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: SECEX/MDIC.

Elaboração do autor.

Obs.: Valores constantes de 2016.

Algo que merece destaque sobre as importações do Mato Grosso do Sul é o fato de, em 1992, o setor de produtos manufaturados responder pela totalidade das importações desse estado. No entanto, em 1999, no auge da crise cambial, os produtos básicos aglutinaram pouco mais de 53% das importações, ao passo que os produtos manufaturados concentraram quase 40%, sendo o restante produtos relacionados ao setor de semimanufaturados.

Outro episódio interessante aconteceu no período da crise dos *subprimes* (2008-2009), quando as restrições à liquidez internacional proporcionaram um desaquecimento das economias centrais e periféricas. Isso trouxe um forte impacto na demanda externa por produtos brasileiros e, por consequência, nas importações do Mato Grosso do Sul, mormente aquelas relacionadas aos produtos básicos.

Por exemplo, em 2009, os produtos básicos representavam pouco mais de 62% da participação das importações do Mato Grosso do Sul, ao passo que, em 2013, no auge das importações, eram responsáveis por quase 70%. Já os produtos manufaturados, em 2013, perfaziam pouco menos que 24%, enquanto que, em 2016, esses valores representavam pouco mais de 32%.

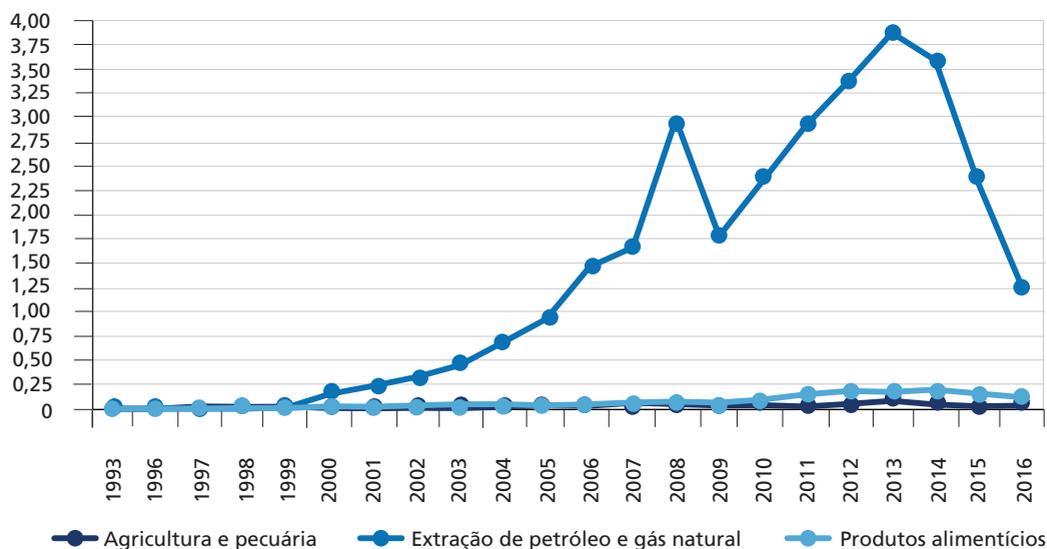
Apesar disso, entre 2013 e 2016, os valores das importações totais do estado apresentaram uma taxa de crescimento real de -27,0% a.a., sendo as importações de produtos básicos aquelas que exibiram o maior impacto de redução. Isto é, decresceram em -30,0% a.a., seguidas pelo setor de produtos semimanufaturados, com pouco mais de -27,0% a.a., e produtos manufaturados, com -19,4% a.a.

Assim sendo, a participação das importações de produtos básicos, em 2016, foi de 61,6%, ao passo que os produtos manufaturados responderam por quase 35,0%. Por fim, os produtos semimanufaturados demandaram 23,4% em bens do mercado internacional. Sem grandes pormenores, em 2016, a participação das importações do Mato Grosso do Sul representava quase 2,0% do total importado no país.

Entre os produtos básicos importados pelo Mato Grosso do Sul, de 1993 a 1999, houve a predominância daqueles relacionados à agricultura e pecuária, conforme mostra o gráfico 21. Esses bens concentraram, em 1993, a totalidade dos itens importados por esse segmento no estado. Em contrapartida, em 1999, com a crise

cambial, as importações de agricultura e pecuária declinaram e perfizeram quase 48% da participação das importações no valor total dos produtos básicos.

GRÁFICO 21
Mato Grosso do Sul: importações por setores econômicos que constituem os produtos básicos (1993-2016)
(Em US\$ bilhões)



Fonte: SECEX/MDIC.
Elaboração do autor.
Obs.: Valores constantes de 2016.

Depois de 1998, houve um incremento expressivo na importação de produtos derivados de petróleo e gás natural. Entre 1999 e 2016, a taxa de crescimento real desses produtos foi de pouco mais de 29% a.a. Isto é, em 1999, extração de petróleo e gás natural foi responsável por quase 37% da participação total dos produtos básicos na pauta importadora do estado. Em 2016, essa participação foi de quase 90%.

Os produtos da agricultura e pecuária, extração de petróleo e gás natural e produtos alimentícios aglutinaram juntos, em 1999, 98,6% do total importado de produtos básicos pelo Mato Grosso do Sul. Em 2016, 99,9% da pauta importadora de produtos básicos do estado concentrou-se nesses três produtos.

Ao que tudo indica, a participação dos produtos básicos nas importações do Mato Grosso do Sul, em comparação às importações totais brasileiras, apresentou,

desde 1999, uma trajetória crescente: passou de 0,10% do total nacional para pouco mais de 1,60%, em 2013, quando alcançou o seu limite superior, em termos de importações. Depois desse ano, sua participação entrou em declínio, chegando, em 2016, a 1,03% do total nacional.

No caso da importação dos produtos manufaturados do Mato Grosso do Sul, é importante destacar que, em 1990, os cinco principais produtos demandados do mercado externo eram responsáveis pela totalidade das importações nesse segmento industrial. Entre os produtos, destacam-se aeronaves, que reuniam 43% do valor total dos produtos manufaturados importados, seguidas por equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, com 34%; produtos químicos, com quase 12%; e celulose, papel e produtos de papel, com pouco mais de 3%.

No ano de 2016, constata-se que houve uma maior diversificação da pauta de importações dos produtos manufaturados, uma vez que os cinco principais produtos aglutinaram 79,0% do total. Entre eles, destacam-se os produtos têxteis, com quase 25,0% dessa pauta de importação, seguidos por produtos químicos, com 22,0%; máquinas e equipamentos N.C.O.I, com 16,7%; metalurgia, com 9,5%; e, por fim, produtos alimentícios, com 6,1%.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta investigação era verificar como os estímulos emitidos pelo processo de integração comercial das economias da região Centro-Oeste à dinâmica dos mercados internacionais, a partir dos anos 1990, regularam o comportamento da estrutura setorial da produção industrial nesses estados, na última década.

O argumento foi tecido partindo da premissa que o modelo de desenvolvimento implementado na região, a partir dos anos 1990, teve um papel fundamental na integração desse espaço à lógica de valorização do capital globalizado. Seu impacto também se refletiu nas cadeias de valor conectadas aos espaços econômicos localizados, principalmente, nos blocos econômicos da União Europeia; Oriente Médio; China; Hong Kong e Macau; ASEAN; Japão; NAFTA; e Mercosul.

Desse modo, essa nova estratégia de desenvolvimento se diferenciou daquela existente de 1930 a 1980, pois priorizou, ainda mais, o vetor externo da economia como meio para incrementar o produto total. Assim sendo, não há nenhuma ruptura profunda com a estratégia estabelecida pela lógica determinada no processo de modernização conservadora.²¹

Longe disso, o que se verificou foi o aprofundamento da modernização das estruturas produtivas, que encetou com a agricultura goiana, a partir de meados dos anos 1960. Nessa época, foram demandadas inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas (proporcionadas pela Revolução Verde), para incrementar a produção de soja. Afinal, essa oleaginosa era o principal vetor na geração de excedentes agrícolas, sem causar profundas alterações redistributivas na estrutura fundiária da região.

Nesse sentido, a soja teve um relevante papel na integração da agricultura centro-oestina aos elos das cadeias produtivas regionais, nacionais e internacionais, porque seus excedentes serviram de vetor para colocar esse espaço regional no circuito de valorização do capital. No entanto, essa integração não foi automática. Primeiramente, nos anos 1980, vieram as *tradings companies*, para, depois, objetivarem os investimentos industriais nos setores de soja e derivados; carnes; lácteos; álcool e derivados; e milho e derivados.

Sem sombra de dúvida, o Estado teve um papel importante nesse processo de transformação, particularmente naquilo que se refere à estrutura industrial. Sua atuação foi tanto na oferta de incentivos fiscais, como nos casos de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal, como na disponibilização de linhas de financiamento, por intermédio do FCO e do BNDES.

As condições objetivas para a expansão produtiva do Centro-Oeste estavam postas nos anos 1990, visto que existia na região um grande potencial de produção agropecuária, além de algumas agroindústrias integradas a elos das cadeias produtivas nacionais e internacionais. Com o estabelecimento dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento, lançados durante o governo FHC, esse espaço regional foi integrado aos principais centros de consumo do mercado internacional.

21. Para mais detalhes, ver Pires (2008).

Nesse sentido, os volumes exportados pelos estados do Centro-Oeste, particularmente por Mato Grosso e Goiás, tornaram-se expressivos. Isso contribuiu para reduzir, aos poucos, o hiato que existia em relação às exportações das regiões Norte e Nordeste. Esse acontecimento merece registro, uma vez que essas regiões, desde os anos 1950, foram objeto de políticas regionais que tinham por objetivo desenvolver suas estruturas produtivas para minorar as desigualdades existentes em relação às principais regiões produtoras brasileiras, como Sudeste e Sul.

Assim sendo, o Centro-Oeste – que, no início dos anos 1990, tinha uma participação no valor total exportado inferior ao encontrado para as demais regiões brasileiras –, com o avanço da inserção dos seus produtos nos mercados internacionais, expandiu o seu ritmo de crescimento nos mercados globalizados. Suas taxas eram superiores àquelas observadas para as demais regiões nacionais.

Nos estados em que as exportações foram mais significativas, como Mato Grosso e Goiás, verifica-se uma concentração de exportações de produtos básicos *vis-à-vis* produtos manufaturados e semimanufaturados. Por exemplo, no caso do Mato Grosso, grande parte de suas exportações, no período de 1990 a 2016, focaram produtos relacionados às cadeias de valor de soja e derivados; milho; carnes bovinas; carnes suínas; carnes de aves; e algodão não cardado e penteado.

Esse mesmo movimento foi encontrado para o estado de Goiás, que concentrou, também, parte significativa de suas exportações em produtos básicos. Exemplos disso são os produtos relacionados à soja e derivados; carnes; milho; e sulfetos de minério de cobre e concentrados.

No caso das importações, nota-se que, entre as regiões nacionais, o Centro-Oeste apresentou a menor participação no valor total importado, entre 1990 e 2016. No entanto, é importante ressaltar que esse espaço territorial, no período em destaque, foi o que teve a maior taxa de crescimento real por importados entre as regiões nacionais.

Esse incremento nas importações centro-oestinas ganhou um papel importante na redução do hiato entre a razão do valor das importações das regiões Norte e Nordeste *vis-à-vis* Centro-Oeste. Afinal, no início dos anos 1990, essa razão era superior ao óctuplo e, em 2016, encontrava-se pouco acima do triplo. Nesse sentido, as importações da

região Centro-Oeste passaram de 0,8% do total nacional, nos anos 1990, para 5,5%, em 2016. Isso significa que, para avançar ainda mais em sua estratégia de integração ao mercado internacional, os estados do Centro-Oeste aprofundaram a sua conexão e dependência em relação a esse mercado.

Entre os estados do Centro-Oeste, os maiores demandantes por produtos externos foram Goiás e Mato Grosso do Sul. No caso de Goiás, os produtos importados que mais contribuíram para a dinâmica econômica do estado foram os manufaturados. Em 1990, os três principais produtos da pauta de importações goiana eram: *i*) produtos alimentícios; *ii*) máquinas e equipamentos N.C.O.I.; e *iii*) equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos.

Em 2016, constata-se que houve um significativo crescimento dos setores relacionados a produtos químicos e produtos farmoquímicos e farmacêuticos. No caso específico do setor de veículos automotores, reboques e carrocerias, observa-se que sua participação foi crescente entre 1999 e 2013. Porém, depois desta data, houve um declínio até 2016, em decorrência da crise econômica vivenciada no país, quando concentrou pouco menos de 20% das importações.

No caso do Mato Grosso do Sul, percebe-se que, no período de 1990 a 2016, houve uma predominância na importação de produtos básicos. Entre 1990 e a crise cambial de 1999, há uma preeminência dos setores industriais relacionados à agricultura e pecuária e, em menor nível, produtos alimentícios.

Após a crise cambial de 1999, nota-se uma reversão nessa tendência, porque o setor de extração de petróleo e gás natural concentrou, depois desta data, mais de 80% da pauta importadora de produtos básicos do Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, grande parte das importações do estado concentrou-se em produtos provenientes da extração de petróleo e gás natural, com um peso menor na importação de produtos alimentícios e na agricultura e pecuária.

Em relação à estrutura industrial centro-oestina, apurou-se que, no período de 2007 a 2016, a relação do VBPI das regiões Norte e Nordeste *vis-à-vis* região Centro-Oeste apresentou uma redução em seu hiato. Isso se deveu, sobretudo, à intensidade no crescimento da produção industrial do Centro-Oeste, que foi o dobro do observado para o Nordeste e pouco mais de uma vez do obtido para a região Norte.

Em termos estruturais, dos 29 setores que constituem a estrutura industrial do Centro-Oeste, os dez principais, nos anos de 2007 e 2016, acumulavam pouco mais de 90% do VBPI deste espaço.

De modo geral, em 2016, os setores que foram mais expressivos em termos de concentração do VBPI foram aqueles relacionados com: *i)* fabricação de produtos alimentícios, com 54,8%; *ii)* fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, com 10,2%; *iii)* fabricação de produtos químicos, com 8,3%; *iv)* fabricação de celulose, papel e produtos de papel, com 3,7%; *v)* fabricação de bebidas, com 3,1%; *vi)* fabricação de produtos de minerais não metálicos, com 2,6%; *vii)* fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, com 2,4%; *viii)* metalurgia, com 2,3%; *ix)* fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, com 1,8%; e *x)* fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, com 1,7%.

Isto posto, pode-se notar que há uma imbricação significativa entre a estrutura produtiva industrial da região Centro-Oeste e os seus vetores externos, isto é, as importações e exportações. Afinal, os principais produtos confeccionados no setor industrial apresentam, também, forte participação na pauta exportadora desse espaço regional. Já no caso das importações, observa-se que grande parte da demanda centro-oestina por produtos externos vem alimentar, enquanto insumo, as plantas industriais localizadas nessa região.

REFERÊNCIAS

BÁRCENA *et al.* El séptimo decenio de la CEPAL: una reseña de su producción intelectual. *In:* BIELSCHOWSKY, R.; TORRES, M. (Org.). **Desarrollo e igualdad: el pensamiento de la CEPAL en su séptimo decenio – textos seleccionados del período 2008-2018.** Santiago: CEPAL, 2018.

BIANCARELLI, A.; ROSA, R.; VERGNHANINI, R. O setor externo no governo Dilma e seu papel na crise. *In:* CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. (Org.). **Para além da política econômica.** São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

BRANDÃO, C. A busca da utopia do planejamento regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 17-37, jan.-jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Manual das conferências estaduais/distrital.** Brasília: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Desenvolvimento Regional, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/CNDR_I/manual_organizativo_conf_estaduais_v6.pdf>.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 27-53, nov. 2011.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTRO, A. C.; FONSECA, M. da G. **A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste**. Brasília: Ipea, 1995.

FILGUEIRAS, L. *et al.* Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. *In: MAGALHÃES, J. P. A. et al. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FREITAS, M. C. P. Panorama e perspectivas das economias avançadas: sob o signo da crise. *In: BIASOTO JÚNIOR, G.; NOVAIS, L. F.; FREITAS, M. C. P. Panorama das economias internacional e brasileira: dinâmica e impactos da crise global*. São Paulo: Edições Fundap, 2009.

GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. **Textos NEPO**, Campinas, n. 33, p. 21-74, dez. 1997.

LAVINAS, L.; GARCIA, E. H.; AMARAL, M. R. **Desigualdades regionais e retomada do crescimento num quadro de integração econômica**. Rio de Janeiro: Ipea, 1997. (Texto para Discussão, n. 466).

LUNAS, D. A. L.; ORTEGA, A. C. A constituição do complexo agroindustrial da soja no sudoeste goiano. *In: PEREIRA, S. L.; XAVIER, C. L. O agronegócio nas terras de Goiás*. Uberlândia: EDUFU, 2003.

MACEDO, F. C. **Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008)**. 2010. 286 f. Tese (Livre-docência) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

PIRES, M. J. S. **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás**. 2008. 146 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

_____. Diagnóstico do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 49, jul./dez. 2017.

_____. Heterogeneidade industrial: um olhar para além das regiões brasileiras – o caso do Centro-Oeste brasileiro. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 50, jan./jun. 2018.

PIRES, M. J. de S.; SANTOS, G. R. **Modelo agroexportador, política macroeconômica e a supremacia do mercado: uma visão do modelo brasileiro de exportação de commodities**. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1817).

PRATES, D. M. A abertura financeira dos países periféricos e os determinantes dos fluxos de capitais. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 1 (73), jan./mar. 1999.

RIBEIRO, F. J.; MARKWALD, R. A balança comercial sob o regime de câmbio flutuante. *In*: BARROS, O.; GIAMBIAGI, F. (Org.). **Brasil globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SIQUEIRA, H. Dinâmica regional brasileira (1990-2012). *In*: SIQUEIRA, H.; BRANDÃO, C. (Org.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 2013.

TORRES FILHO, E. T.; PUGA, F. Exportações brasileiras: um cenário pós-crise internacional. *In*: GIAMBIAGI, F.; BARROS, O. (Org.). **Brasil pós-crise: agenda para a próxima década**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

VIEIRA, F. S.; GRASEL, D. Os incentivos fiscais e suas contribuições para o desenvolvimento econômico: o caso do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (PRODEIC) de 2003 a 2014. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 51, jul./dez. 2018.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Supervisão

Carlos Henrique Santos Vianna

Revisão

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Lis Silva Hall

Mariana Silva de Lima

Marlon Magno Abreu de Carvalho

Vivian Barros Volotão Santos

Bárbara Coutinho Ornellas (estagiária)

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha (estagiária)

Laysa Martins Barbosa Lima (estagiária)

Editoração

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Mayana Mendes de Mattos

Louise de Freitas Sarmiento (estagiária)

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

ISSN 1415-4765



9 771415 476001